



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

MARIO SERGIO ARAUJO DIAS

MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET:

MOVIMENTOS SOCIAIS PODEM TAMBÉM SER DIGITAIS?

TERESINA, 2019

MARIO SERGIO ARAUJO DIAS

MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET:

MOVIMENTOS SOCIAIS PODEM TAMBÉM SER DIGITAIS?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a M. Bárbara Cristina
Mota Johas Universidade Federal do Piauí
- UFPI

Prof.^a Dr.^a Monique de Menezes
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof. Dr. Francisco Jozivan Guedes
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Teresina, 05 de Dezembro de 2019.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

D541m Dias, Mario Sergio Araújo.
Movimentos sociais e internet : movimentos sociais
podem também ser digitais? / Mario Sergio Araújo Dias. –
2020.
72 f.

Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado em
Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí,
Teresina, 2020.

“Orientadora: Prof^a. M. Bárbara Cristina Mota Johas.”

1. Ciência Política. 2. Movimentos Sociais. 3. Internet.
I. Título.

CDD 320

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força ao longo destes 4 anos de curso que se passaram, sem a presença e a vontade d'Ele, nada disso seria possível.

A Prof.^a Bárbara Johas, por ter acreditado no meu potencial, por ter compartilhado comigo todo o seu conhecimento acerca da teoria política contemporânea, além de ter me orientado não só neste trabalho, mas em duas iniciações científicas que contribuíram e muito para a conclusão deste trabalho. Agradeço de coração Bárbara!!! Você foi fundamental para o meu crescimento acadêmico.

Aos Professores que me acompanharam durante o curso, em especial a Prof.^a Monique de Menezes por todas as oportunidades e debates promovidos, e ao Professor Francisco Jozivan por sempre ter me incentivado.

Agradeço a minha Mãe, Araci por toda a paciência e por saber lidar com a saudade durante estes anos todos, Eu Amo Você, e a Dona Fátima, que me recebeu de forma muito calorosa aqui no Piauí, você é a minha segunda Mãe!

Aos meus irmãos, Alexandre, Aline, Eduardo, Rafaelton e Sonyara, Amo muito todos vocês.

Agradeço a minha companheira Livia, pela companhia, apoio, e por sempre me ajudar nos momentos em que eu mais precisei.

Ao pessoal do Doxa: Raianny, Carol, Alberto, Indira, Denise e Daniela que contribuíram muito com este trabalho, vocês são incríveis!!!

Por fim, agradeço a todos os meus amigos de curso, e do dia a dia, graças a vocês os meus dias aqui sempre foram divertidos e leves.

Embora simples, estes agradecimentos vieram do meu coração e infelizmente as palavras não podem expressar o tamanho da gratidão que eu tenho por vocês.

Obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em analisar a atuação e a formação de movimentos sociais através da *internet*. Compreendemos que a *internet* possibilita em seus espaços, a formação e a organização de grupos coletivos que ao emergirem para os espaços físicos, podem iniciar processos e mobilizações com o potencial de promoverem uma mudança no *status quo* das relações entre a sociedade e os atores políticos. A partir de uma análise crítica acerca da teoria dos movimentos sociais, e das especificidades das redes digitais, foi estabelecida uma relação entre estes movimentos e a *internet* de modo a se verificar se esta relação pode ser considerada como um meio para a promoção da democracia, e que contribua para o seu aprofundamento e consolidação. A *internet* como meio de comunicação e acesso a informação, não está isenta de ter o seu uso e acesso direcionado para questões que ao invés de reforçarem os valores da democracia, acabam produzindo e disseminando valores contrários a estes, e que acabam por ferir os valores democráticos já estabelecidos, devido a esta dualidade da *internet*, a sua utilização na dimensão da política pode gerar resultados positivos ou negativos para a sociedade, desta forma, chegamos a conclusão de que embora a *internet* possa ser uma importante ferramenta para a organização de movimentos sociais e para a criação de mobilizações em larga escala, organizadas através das redes que ela possibilita que sejam criadas, a mesma ainda não tem condições de aprofundar e fortalecer democracias, devido ao controle que o Estado exerce sobre a rede e devido ao fato da *internet* permitir a formação de grupos contrários aos ideais democráticos, promovendo o ódio e a fragmentação social. Nesta pesquisa, foi possível verificar que as redes podem criar as condições necessárias para dar início a processos democratizantes, porém a mesma não garante a continuidade destes processos, podendo então causar grandes problemas para a sociedade devido a sua capacidade de criar facilmente redes e comunidades, porém tal facilidade vem acompanhada em sua dificuldade de manter estas comunidades ativas, destarte, compreender o funcionamento das redes e como os movimentos sociais lidam e utilizam as mesmas, é algo fundamental para que seja possível criar iniciativas que tornem a *internet* mais livre de controle, com maior acessibilidade, e com mais possibilidades de ser um espaço legítimo para a formação e organização de grupos que possam de forma efetiva, e de acordo com os princípios da democracia e dos direitos humanos, promover mobilizações que alcancem resultados significativos para o desenvolvimento da sociedade.

Palavras-chave: Internet. Democracia. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This research consists of analyzing the performance and the formation of social movements through the internet. We understand that the internet enables the formation and organization of collective groups in their spaces that, when they emerge into physical spaces, can initiate processes and mobilizations with the potential to promote a change in the status quo of relations between society and political actors. From a critical analysis about the theory of social movements, and the specifics of digital networks, a relationship was established between these movements and the internet in order to verify whether this relationship can be considered as a means for the promotion of democracy, and that contributes to its deepening and consolidation. The internet as a means of communication and access to information is not exempt from having its use and access directed to issues that instead of reinforcing the values of democracy, end up producing and disseminating values contrary to these, and that end up hurting the values already established, due to this duality of the internet, its use in the dimension of politics can generate positive or negative results for society, in this way, we come to the conclusion that although the internet can be an important tool for the organization of social movements and for the creation of large-scale mobilizations, organized through the networks that it allows to be created, it still does not have the conditions to deepen and strengthen democracies, due to the control that the State exercises over the network and due to the fact that the internet allows the formation of groups contrary to democratic ideals, promoting hatred and social fragmentation. In this research, it was possible to verify that networks can create the necessary conditions to start democratizing processes, but it does not guarantee the continuity of these processes, and can, therefore, cause major problems for society due to their ability to easily create networks and create communities, however, this facility is accompanied by its difficulty in keeping these communities active, thus, understanding the functioning of networks and how social movements deal with it and use them, is fundamental for it to be possible to create initiatives that make the internet freer, with greater accessibility, and with more possibilities of being a legitimate space for the formation and organization of groups that can effectively, and in accordance with the principles of democracy and human rights, promote mobilizations that achieve significant results for the development of society.

Keywords: Internet. Democracy. Social Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 3.1 – Frequência das postagens do MST divididas por dia da semana.....	59
Gráfico 3.2 – Frequência das postagens do MBL divididas por dia da semana.....	60
Gráfico 3.3 –Frequência dos tweets postados pelo MST e pelo MBL no mês de novembro de 2019.....	61
Gráfico 3.4 – Os 10 termos mais postados pelo MST no mês de novembro de 2019.....	62
Gráfico 3.5 – Os 10 termos mais postados pelo MBL no mês de novembro de 2019.....	63
Gráfico 3.6 – Com quais perfis o MST mais se relacionou no mês de novembro de 2019.....	64
Gráfico 3.7 – Com quais perfis o MBL mais se relacionou no mês de novembro de 2019.....	65
Gráfico 3.8 – Análise de relação entre os perfis através da hashtag #EleNao.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	9
1.1 – O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL.....	9
1.2 – O CONCEITO DE CIDADANIA.....	11
1.3 – A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BALANÇO DO DEBATE.....	13
1.3.1 – A TEORIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	15
1.3.2 – A TEORIA DO CONFRONTO POLÍTICO.....	16
1.3.2.1 – AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS.....	18
1.3.2.2 – O CONCEITO DE REPERTÓRIO.....	20
1.3.2.3 – OS CICLOS DE PROTESTOS.....	22
1.3.3 – A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	23
1.3.4 – A TEORIA DOS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	25
1.4 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).....	26
1.5 – O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL).....	27
CAPÍTULO 2 – REDES E INTERNET.....	30
2.1 – A INTERNET: HISTÓRIA E DEFINIÇÃO.....	30
2.2 – O CIBERESPAÇO.....	34
2.3 – O CONCEITO DE PROTOCOLO.....	35
2.4 – A AMBIGUIDADE DA INTERNET.....	39
2.5 – A SOCIEDADE EM REDE.....	42
CAPÍTULO 3 – INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA.....	46
3.1 – REDES DE ESPERANÇA.....	46
3.2 – A PRIMAVERA ÁRABE.....	49
3.3 – APROFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO: A QUARTA ONDA DA DEMOCRACIA?.....	51

3.4 – A INTERNET E A PRODUÇÃO DA PÓS-VERDADE.....	55
3.5 – A ANÁLISE DOS DADOS.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

Atualmente a *internet* está presente em praticamente todas as dimensões da sociedade, sendo assim uma ferramenta com grande potencial para determinar e influenciar nossas ações cotidianas. Considerando o grande alcance da *internet*, podemos afirmar que ela está também inserida em todas as dimensões da política, desta forma, consideramos que a capacidade da *internet* em penetrar nestes espaços, a torna uma importante ferramenta para as relações entre o Estado e a sociedade. Tem-se visto um crescimento da presença de atores políticos expressando suas opiniões e construindo grupos de apoiadores através das redes sociais, este fenômeno contemporâneo abre caminho para questionarmos se de fato a *internet* seja efetiva em abarcar e disseminar as questões que são de interesse da sociedade. Para além deste questionamento, se faz necessário analisar se a *internet* possibilita que a interação entre a sociedade e os atores políticos ocorra de forma transparente e justa, no que se refere ao debate que pode ser promovido. Levando em consideração, a presença de diversos atores sociais nas redes sociais, e o uso das mesmas como espaço de expressão e construção de base, este trabalho foi desenvolvido visando apresentar uma análise sobre a atuação de movimentos sociais através da *internet*. O presente trabalho foi dividido em três partes: no primeiro capítulo é feita uma discussão sobre a teoria dos movimentos sociais, onde é apresentado um debate sobre a formação histórica destes movimentos, os seus formatos e modelos de organização, para que seja feita a apresentação deste conceito e da sua importância para as democracias. O segundo capítulo é dedicado a apresentar o conceito de *internet* e a sua história, é neste capítulo que apresentamos a dualidade da *internet*, além de serem debatidos também, conceitos importantes para este trabalho, tais como o conceito de sociedade em rede de Manuel Castells (2009), e o conceito de protocolo de Alexander Galloway (2004). O terceiro capítulo aborda a teoria de Manuel Castells (2012) acerca do que o autor chama de redes de indignação e esperança, onde traçando um paralelo com o fato histórico da *Primavera Árabe*, é mostrado como a *internet* pode contribuir para o aprofundamento da democracia, ao mesmo tempo que a mesma possa ser utilizada como ferramenta de controle e opressão. Concluída a discussão acerca das possibilidades da rede enquanto ferramenta de organização para os movimentos sociais, são apresentados os dados e resultados obtidos após a análise dos perfis dos movimentos analisados. Este trabalho pretende demonstrar através dos dados obtidos, como atuam os movimentos sociais no âmbito da *internet*, desta forma, apresentamos as seguintes questões: Quais as características dos movimentos sociais na *internet*? A *internet* pode ser considerada como um impulsionador da criação de novos movimentos, ou da expansão dos já existentes?

para responder a estas questões, foram escolhidos dois movimentos sociais considerando como premissa, o fato destes movimentos divergirem entre si devido aos seus direcionamentos ideológicos, a saber, foram selecionados: O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MBL (Movimento Brasil Livre).

A análise será feita sobre os perfis que estes movimentos possuem na rede social *Twitter*¹ devido ao fato desta rede social possibilitar de forma rápida e prática a exposição e compartilhamento de ideias. O período analisado corresponde ao mês de novembro do ano de 2019.

Tendo em vista o grande alcance das redes sociais e a importância das mesmas para a criação de grupos e mobilizações, tais como a *Primavera Árabe*, as Jornadas de Junho² e o Movimento #eleNão³, a hipótese levantada por este trabalho é que as redes sociais representam um novo espaço que traduz e impulsiona questões e demandas relevantes para a sociedade, além de criar as condições necessárias para a formação de *novos movimentos sociais* e processos democratizantes.

¹ O *Twitter* é uma rede social que permite a troca rápida de mensagens e a expressão de ideias e opiniões, através de postagens de até 240 caracteres. (tradução nossa).

² Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

1 A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Analisar a participação como ferramenta de ação e de promoção da cidadania, implica em compreendermos o conceito de movimentos sociais, seus formatos, história e definições, além disso, outro importante aspecto a ser compreendido, são as relações entre o Estado e os movimentos sociais, para que seja possível delinear melhor os diversos repertórios de ação que são mobilizados por estes movimentos na produção e luta por suas demandas.

Existe uma polissemia de diversas definições para o conceito de movimentos sociais, antes de adentrar as diferentes definições existente na ciência política, se faz necessário primeiramente apresentar de forma breve os conceitos de “Sociedade Civil” e “Cidadania”, tendo em vista a grande importância dos mesmos para a compreensão da relação entre as organizações civis e o Estado, já que a sociedade civil se traduz como o corpo social que interage com o Estado, para entre outras coisas, lutar pela garantia de seus direitos e pelo reconhecimento de suas diversas identidades, e tal luta nada mais é do que o exercício da cidadania dos indivíduos. Na próxima sessão deste trabalho, definimos o conceito de “Sociedade Civil” através das teorias reunidas por Bobbio em suas obras “Dicionário de Política” (1983) e “Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política” (1986).

1.1 O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

Quando falamos de sociedade civil, estamos falando de todas as organizações e instituições fundamentais para o funcionamento da sociedade onde as mesmas não fazem parte das estruturas institucionais do Estado, ou seja, a sociedade civil é caracterizada pelo conjunto de organizações formadas pelos indivíduos, frente as estruturas do Estado. Segundo Bobbio (1986) em sua obra “Estado, Governo e Sociedade”, o conceito de sociedade civil passa por duas fases, a primeira referente a um modelo de sociedade baseado nas leis naturais, onde não havia uma clara distinção entre o público ou privado, em um momento em que o Estado tinha total interferência na vida dos indivíduos, estes que neste momento ainda não tinham noção de seus direitos e deveres, e a segunda referente a um modelo de sociedade com distinção entre Estado e Sociedade mais bem definida, neste modelo Bobbio se refere ao contrato social, e aos direitos e deveres dos indivíduos determinados pelo contrato. Este trabalho pretende dar maior foco as teorias que explicam o conceito de sociedade civil a partir desta noção embasada pela

teoria dos contratualistas.

Bobbio inicia a sua análise passando primeiramente pela tradição *jusnaturalista*. A tradição *jusnaturalista*, ou tradição do direito natural, diz que os princípios de justiça estavam ligados diretamente a natureza social e racional do homem enquanto indivíduo portador de direito natural, desta maneira, o poder do Estado passou a ser baseado no consentimento dos indivíduos através do contrato social. Apoiado pelas teorias de Rousseau (1762) e Hobbes (1651), o autor mostra que o conceito de sociedade civil é apresentado como o oposto de uma lógica de estado de natureza, mostrando que o homem, enquanto partícipe de um grupo organizado, deixa de lado as questões inconvenientes de um estado de natureza e a partir do contrato social, passa a se beneficiar do estado civil, tendo garantido assim os seus direitos, desta maneira, pode-se dizer que a sociedade civil surge a partir do contrato social estabelecido entre os homens para que estes pudessem se organizar como sociedade. Ao discutir Hegel (1820), Bobbio explica que, ao sintetizar o movimento de passagem de uma “sociedade pré-política”, para uma “sociedade política”, Hegel determina que a esfera política é a continuidade das relações de comunidade e família, ou seja, a sociedade civil é a esfera política, determinante e fundamental para a sociabilidade humana, em outras palavras, tem-se na família a primeira esfera de organização social, pois os indivíduos dentro do âmbito familiar são preparados para viverem em unidade dentro da dimensão de suas famílias. A esfera familiar supre as necessidades primárias dos indivíduos e quando a mesma não consegue mais satisfazer os desejos destes indivíduos, ocorre o rompimento desta dimensão, forçando os mesmos a saírem deste âmbito. Sendo a primeira esfera a família, a segunda esfera de organização social é sociedade civil, as relações entre os indivíduos foram da dimensão da família, pois é nesta esfera que os indivíduos buscam suprir suas necessidades, indo rumo à noção de posse e propriedade para a realização imediata de seus desejos. Dois momentos são chaves quando o homem penetra na esfera de uma “sociedade pré-política”, num primeiro momento é a percepção do outro como meio para obter a realização de seus desejos, ao ponto que com o tempo, os indivíduos reconhecem as ações de outros que se reproduzem como as dele próprio, ou seja, quando o indivíduo tem ciência do direito de posse dos demais. O segundo momento nasce quando os indivíduos percebem que seu trabalho depende do trabalho dos outros, logo pode-se verificar que a divisão social do trabalho é o vínculo que os indivíduos têm entre si. Se só através da organização coletiva é que os indivíduos podem garantir e defender seus interesses particulares, se faz necessário uma instituição que possa mediar os conflitos que podem ocorrer dentro da organização coletiva, desta forma o Estado passa a ser reconhecido socialmente como a instituição que por intermédio da lei, faz a mediação dos conflitos dentro

da sociedade civil.

Levando em consideração que a esfera política é a que garante a sociabilidade dos indivíduos, por meio da mediação dos conflitos, Hegel aponta que a sociedade civil é a passagem da sociedade pré-política para a sociedade política.

Após definir os conceitos através das obras de Hegel, Bobbio trata do assunto utilizando as teorias de Marx (1845), onde nos explica que para o autor, a sociedade civil é composta pelos indivíduos que formam a infraestrutura e que através de sua noção de classe, direitos e deveres, protegem seus interesses individuais, atribuindo o conceito de sociedade civil para o conceito de sociedade de classes já que a mesma é norteada e embasada por todo o arcabouço jurídico referente ao direito burguês, ou seja, a sociedade civil em Marx era pautada pelas relações socioeconômicas e pelas relações de produção.

Concluindo a análise, adentraremos na definição de sociedade civil proposta por Gramsci como um contraponto à teoria de Marx. O autor explica que a sociedade civil é a organização dos organismos privados, ou seja, é uma estrutura que emerge a partir do Estado pautada em uma ideia de noção de classe, e age a fim de garantir a sua hegemonia enquanto classe dominante. (BOBBIO, 1986, p. 38:52). A lógica de consenso em Gramsci é embasada pelas instituições sociais e ideológicas propostas e mantidas pela burguesia, tais como os partidos políticos, as escolas, e as igrejas, todo este aparato ideológico burguês serve para garantir a hegemonia da classe dominante ao mesmo tempo que garante o consenso dos dominados, pois todo este mecanismo se apresenta como fator de ordem e determinação social.

Depois de apresentar os paradigmas teóricos do conceito, Bobbio define sociedade civil como o espaço por onde ocorrem os conflitos sociais, econômicos, ideológicos e religiosos, onde o Estado como ator político, tem o papel de atuar na solução destes conflitos, podendo se utilizar da repressão ou da mediação para tal solução.

Após o debate sobre o conceito de sociedade civil, na próxima sessão analisamos o conceito de “cidadania”, tal conceito é muito importante para compreendermos a teoria dos movimentos sociais, desta forma, iremos mobilizar principalmente as definições e análises de Evelina Dagnino acerca do conceito.

1.2 O CONCEITO DE CIDADANIA

Pensar os movimentos sociais nos leva a necessidade de definir o conceito de cidadania, uma vez que esta a cidadania é um dos princípios fundamentais para a manutenção e desenvolvimento de um regime democrático, e é no exercício de sua cidadania, que os movimentos sociais lutam em prol do reconhecimento de suas identidades e da garantia de seus direitos. Embora existam diversas definições para o conceito de cidadania, quando o mesmo é analisado sob a ótica da teoria dos movimentos sociais, acreditamos que a melhor definição é aquela que esteja de acordo com o sentido das reivindicações e mobilizações destes movimentos, assim, esta pesquisa utiliza a definição do conceito desenvolvida pela cientista política Evelina Dagnino (1994) na obra “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. De acordo com Dagnino, os movimentos sociais buscam, entre outras coisas, a garantia de direitos e o reconhecimento de suas identidades coletivas, assim, o conceito de cidadania se liga diretamente à noção de estratégia política, onde a cidadania é o fator resultante dos processos de mobilização, ao mesmo tempo que é o seu exercício, pois os movimentos sociais que se organizam sob a luta por direitos, seja por igualdade ou reconhecimento, tem a sua organização e as suas ações baseadas em estratégias de construção democrática e transformações sociais. As mobilizações da sociedade civil são historicamente baseadas em práticas determinadas por interesses concretos que são alcançados através da luta política, visando assim a construção de uma sociedade mais justa e socialmente mais igualitária. (DAGNINO, 1994, p. 103:105).

Os movimentos sociais possuem um importante caráter educativo e social, todo indivíduo que faz parte de um movimento, ao adentrar o mesmo e exercer a sua participação através dos repertórios, passa a aprender com a prática e assim tende a se tornar mais participativo e mais consciente de seus direitos. No artigo intitulado “Movimentos sociais na contemporaneidade”, Maria da Glória Gohn lista os aprendizados obtidos através da prática de mobilização dos movimentos sociais, a saber, a aprendizagem prática, que se refere a organização, participação e formação de corpo coletivo, a aprendizagem teórica, referente aos conceitos que norteiam, mobilizam e determinam legitimidade destes atores sociais, a aprendizagem técnica instrumental, referente a compreender como ocorre o funcionamento do Estado e de suas instituições, além da compreensão do desenho institucional dos canais de comunicação, a aprendizagem política, referente ao arcabouço teórico que norteia a noção de direitos, a aprendizagem cultural, que se refere a construção de uma identidade coletiva baseada na diversidade do grupo enquanto corpo coletivo social, a aprendizagem linguística,

referente a construção de uma linguagem comum aos ativistas de determinado movimento social, utilizada para identifica-los e para determinar a forma como enxergam o mundo e o contexto social em que estão inseridos, a aprendizagem econômica, que visa a compreensão dos custos de suas ações, a aprendizagem simbólica, referente a como eles representam as suas demandas, a aprendizagem social, que tem como intuito ensinar o ativista sobre como se comportar nos diversos espaços em que o movimento pode ocupar e entrar em conflito com o Estado, a aprendizagem cognitiva, referente a interiorização e compreensão de novos fenômenos sociais, a aprendizagem reflexiva, referente ao pensamento crítico acerca de suas práticas, ações e saberes, e por fim a aprendizagem ética, ligada a valores como o bem comum, a solidariedade, e o ato de compartilhar, sendo estas aprendizagens fundamentais para a construção política que os movimentos desejam. (Vygotsky *apud* Gohn, 2011, p. 352:353).

Os meios de mobilização da sociedade civil e participação dos cidadãos na vida política representam os ideais fundamentais da cidadania e contribuem para mudanças positivas para a sociedade. Quando a sociedade mobilizada em torno de questões pertinentes à democracia faz valer a sua voz frente ao Estado, é possível perceber que a sua atuação vai muito além da ação do voto e da escolha de representantes. A sociedade civil através de mobilizações, pode influenciar nas decisões políticas de modo a definir novos meios de representação e de definição de demandas.

A partir da definição dos conceitos de “Sociedade Civil” e “Cidadania”, este trabalho avança na direção de iniciar um debate sobre a teoria dos movimentos sociais. Nas próximas sessões são apresentadas análises sobre a história da formação dos movimentos sociais, seus modelos, e especificidades. Para tais análises, utilizamos, entre outras referências teóricas a obra “Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate” de Angela Alonso.

1.3 A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BALANÇO DO DEBATE

É importante frisar que neste trabalho consideramos como movimento social, todos os movimentos que se refiram a grupos coletivos organizados em prol de uma ou mais bandeiras e demandas em comum e que estejam em harmonia com os princípios da democracia e dos direitos humanos, logo, grupos que se formam para a promoção do ódio, do preconceito, do desrespeito a diversidade de ideias e que defendem o fim das conquistas e liberdades garantidas

pela democracia, entre outras questões que ferem estes princípios, não se enquadram na definição de movimento social.

Angela Alonso (2009) em seu texto define como a era clássica das teorias dos movimentos sociais, o período compreendido entre 1930 e 1960, onde se tem como fatos importantes, a diminuição na aposta em teorias da revolução e o crescimento de um sentimento individualista na sociedade da época, tais fatos contribuíram para o nascimento de um momento de desmobilização política onde diversos autores passaram a crer que neste contexto, quaisquer movimentos e mobilizações coletivas se referiam apenas a irracionalidade dos indivíduos e as frustrações dos mesmos, dando um teor psicossocial para as mobilizações coletivas. Este tipo de concepção foi embasado pela teoria estrutural-funcionalista, e entre seus mais importantes teóricos podemos destacar Parsons (1952), Turner (1957), Killian (1957) e Smelser (1962). Foi somente nos anos 60 que houve um retorno das mobilizações em países como os Estados Unidos.

Diferentemente do que pensavam os autores de teorias da revolução tais como Marx, Engels, e Gramsci, as mobilizações não tinham como característica principal a questão da luta de classes, elas estavam voltadas para questões como etnia, gênero e estilo de vida, e embasadas principalmente por uma luta pelos direitos civis, o feminismo, e a proteção ao meio ambiente.

Estes movimentos também não tinham como objetivo, a sua inserção na estrutura política, a sua organização se baseava principalmente em uma noção de solidariedade, desta maneira as teorias mais aceitas para explicar tais movimentos (marxismo e funcionalismo) não conseguiam explica-los devido a suas especificidades. Numa tentativa de compreender melhor e tecer uma teoria acerca de tais movimentos, surge na década de 60 a teoria da escolha racional (OLSON, 1965), a mesma se apresenta como uma teoria que conseguiu derrubar o paradigma da irracionalidade ligada a participação ou não participação dos indivíduos nas mobilizações sociais. A teoria da escolha racional procura demonstrar que as atitudes dos indivíduos ocorrem a partir da consideração dos custos e benefícios de suas ações, e que o resultado desta análise resulta na escolha de participar de determinada ação ou não, logo segundo esta teoria, independentemente da escolha do indivíduo, esta escolha é o resultado de sua racionalidade. (ALONSO, 2009, p. 49:51).

O desenvolvimento das teorias sociais nos Estado Unidos foi muito importante para o estudo e para a formação da teoria dos movimentos sociais, pois inicialmente estes estudos eram pautados pela teoria da ação social e tinham, conforme já citado, um teor psicossocial que mostrava que estas ações coletivas podiam ser divididas entre institucionais e não institucionais, sendo esta última, quaisquer ações que alterassem a ordem vigente e não tinham

o respaldo das instituições e normas sociais da época. Notava-se grande descontentamento nos indivíduos que irrompiam em corpos coletivos formando movimentos de pressão de modo que estes grupos cresciam à medida que conseguiam se comunicar e trazer para próximo de si mais adeptos com os mesmos descontentamentos. O paradigma norte-americano considerava que a adesão de indivíduos a determinado movimento social era fruto de grandes tensões e problemas de ordem social uma vez que existia uma relação entre as rápidas mudanças sociais promovidas pela industrialização e o descontentamento dos indivíduos que neste caso eram considerados como irracionais. Neste paradigma percebeu-se que os movimentos sociais não tinham como influenciar os processos políticos pois tal benefício era garantido apenas aos partidos políticos, a certos grupos econômicos e a algumas lideranças. (GOHN, 2016, p. 13).

Pensar os movimentos sociais através da perspectiva do Marxismo implica em verificar todo o arcabouço teórico acerca da luta de classes, relações de produção e trabalho, e uma mudança completa no *status quo*, pois tal paradigma lida diretamente com a ideia de revolução porém não coloca as revoluções como seu objeto de análise, o objeto de análise são os processos históricos das lutas de classes dominadas. São consideradas revoluções toda a mudança na ordem social dominante, e embora as análises destes movimentos através do paradigma revolucionário possam destinar atenção especial e quase total aos movimentos sociais dos operários, é correto dizer que estes não eram os únicos modelos de movimentos sociais existentes em tal contexto. A organização dos movimentos sociais nesta lógica se apresenta como fator mais importante porque para os Marxistas, era diretamente nas organizações destes movimentos que nascia a consciência social e de classe, e estes movimentos surgem a medida que os grupos dominados se organizam e se mobilizam em prol de suas demandas. (GOHN, 2016, p. 121).

Após apresentar os paradigmas revolucionário e Norte-Americano, Alonso conceitua três teorias que compõem a teoria dos movimentos sociais: A *Teoria de Mobilização de Recursos* (TMR), a *Teoria do Confronto Político* (TCP), e a *Teoria dos Novos Movimentos Sociais* (TNMS).

As próximas sessões foram dedicadas para a análise e debate de cada uma destas teorias conceituadas por Angela Alonso, e neste trabalho foi utilizada a ordem cronológica destes conceitos para apresentá-los, sendo assim a próxima sessão se refere a *Teoria de Mobilização de Recursos*.

1.3.1 A TEORIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A *Teoria de Mobilização de Recursos* (TMR) se refere aos resultados dos trabalhos de McCarthy e Zald (1977), esta teoria define os movimentos sociais através do seu modelo de organização e do seu processo de mobilização, destarte, a TMR através de uma forte influência da “Teoria da Escolha Racional” mostra que as ações destes movimentos são resultados de processos racionais e cognitivos dos indivíduos. Movimentos sociais que se organizam de acordo com as características identificadas na TMR possuem grande ênfase na racionalização de sua organização e de sua hierarquia, tornando-os similares a verdadeiras corporações e instituições burocráticas.

Os movimentos sociais compreendidos através da TMR mostram que as ações e resultados só são possíveis a medida que o movimento tenha garantido os seus recursos materiais (financeiros e de infraestrutura), e seus recursos humanos (ativistas e apoiadores), caso contrário estes movimentos não conseguem atuar e se manter pois o formato organizacional deste movimentos os direciona para uma lógica de competição onde o sucesso do coletivo nesta competição se traduz como uma maior duração da existência do movimento.

Os movimentos analisados sob a perspectiva da TMR têm em suas ações o objetivo de converter em vantagens individuais todos os benefícios adquiridos de forma coletiva pela sua mobilização. A TMR ao analisar e definir os movimentos sociais os enxerga como fenômenos sociais embasados por um alto teor de racionalidade e organização e com uma baixa aderência a ideologias e valores, conforme pode ser visto em partidos políticos do tipo *catch all*, ou seja, conforme conceituou Kirchheimer (1966), os partidos políticos do tipo *catch all*, visando ter um número cada vez maior de eleitores e apoiadores abriam mão de quaisquer correntes ideológicas e assim aceitavam todo tipo de apoiador sem haver preocupação com os ideais e os pontos de vista dos eleitores que os apoiavam, logo ao trazer esta lógica para a TMR, conseguimos compreender que estes movimentos a medida que possuem um alto grau de organização e racionalidade, não possuem uma bandeira ideológica bem definida já que seus membros possuem uma pluralidade de demandas e ideias. (*apud* ALONSO, 2009, p. 51:53).

Entre as diversas críticas a esta corrente, destaca-se a feita por Cohen e Arato (1992) que explicam que a mesma não consegue oferecer uma explicação sobre os movimentos sociais e as novas formas de organização que não tem por objetivo a sua inclusão na esfera política ou que não buscam receber benefícios materiais do Estado, já que a TMR mostra que o objetivo destes movimentos é principalmente o de adentrar na dimensão Estado e inserir na esfera política os seus representantes para garantir benefícios e a sua própria existência.

Por uma questão conceitual, neste trabalho foi dado maior destaque no debate sobre os repertórios dos movimentos sociais e os confrontos entre estes movimentos e o Estado, desta forma na próxima sessão encontra-se uma análise crítica acerca da *Teoria do Confronto Político*, pois a mesma possui todo o arcabouço teórico necessário para explicar como se dão estes confrontos e como os repertórios podem se adaptar ao tempo e as respostas do Estado.

1.3.2 A TEORIA DO CONFRONTO POLÍTICO

A *Teoria do Confronto Político* (TCP) é resultado dos trabalhos de McAdam, Tarrow e Tilly (1996), esta teoria explica os movimentos sociais através do confronto político ocorrido entre estes movimentos e o Estado, determinando como fundamental a constância destes confrontos e os repertórios utilizados para os mesmos.

A TCP defende que os movimentos sociais possam ter múltiplas identidades, ou seja, compreende que estes movimentos possam funcionar e agir mesmo contendo uma multiplicidade de demandas e de identidades formando o seu corpo coletivo. Segundo a TCP, os movimentos sociais têm como um dos seus principais objetivos, o de ingressar na esfera política e fazer parte do Estado, elegendo os seus representantes ou os colocando como parte das instituições. Por considerar que a TCP seja a teoria que melhor se aplica e que melhor explica as relações entre estes movimentos sociais e o Estado, este trabalho a utiliza como referencial teórico norteador, pois pretende-se analisar aqui entre outras coisas, as mudanças nas relações e interações entre o Estado e os movimentos sociais através de mecanismos digitais. A escolha desta teoria se justifica pela possibilidade de analisar os repertórios de uma forma mais consistente através da TCP.

Os confrontos são utilizados pelos movimentos sociais como uma forma de interação com o Estado, estas interações se dão através de repertórios de ação coletiva com objetivos específicos e dentro da janela de oportunidades que incentivam tais ações (TARROW, 2009, p. 18). O confronto se produz em formato e intensidade de acordo com as estruturas de oportunidades políticas (EOP), segundo Tarrow: A estrutura de oportunidades políticas se refere as dimensões formais e informais da arena política e possibilitam a reivindicação de demandas pelos movimentos sociais. (TARROW, 1998; p. 20). Uma EOP favorável para os movimentos mostra aos mesmos a possibilidade de adentrar a dimensão do Estado e de interagir com o mesmo de uma forma mais direta e pacífica, enquanto uma EOP desfavorável

abre caminho para o confronto direto com o Estado, criando assim uma onda que aumenta o tamanho do movimento de modo que o mesmo consiga traduzir as muitas demandas da sociedade e com isso se mobilizar em prol destas demandas, todo este momento se cristaliza em um maior apoio aos movimentos sociais, trazendo novos apoiadores e construindo assim as identidades coletivas que visam mudanças na esfera política.

A definição das identidades coletivas para Tarrow é algo muito importante para esta teoria pois se a ação coletiva é formada em torno de interesses e valores comuns aos participantes de determinado movimento, podemos afirmar que estas identidades são construídas dentro de uma lógica de solidariedade onde cabe aos movimentos, canalizar e condensar as diversas demandas sociais para que seja possível a criação destas identidades coletivas que, segundo o autor, possuem propósitos em comum. (TARROW, 2009, P. 154).

Movimentos sociais costumam representar uma ameaça para a dimensão e processos políticos pois possuem potencial para interrompe-los e altera-los, estes movimentos possuem o poder de exercer pressão sobre os atores políticos, além de estabelecerem alianças com autoridades do sistema político, destarte os movimentos sociais são uma importante ferramenta social para a manutenção do poder político.

As críticas que podem ser destacadas acerca da TCP se referem ao momento em que existe uma maior presença de representantes de movimentos sociais na esfera política. A crítica inicialmente aponta para a possibilidade de cooptação de membros dos movimentos sociais para a esfera política de modo que ao ingressarem no sistema político, estes atores sociais passem a reproduzir as práticas daquela dimensão, passando então a não responder mais positivamente para as demandas dos movimentos sociais. Outra crítica se refere a possibilidade de ações e acordos que poderiam beneficiar somente determinado movimento social, tornando o processo político menos transparente e menos representativo.

Como crítica principal da TCP destacamos a dificuldade que os representantes de movimentos sociais possuem quando conseguem adentrar a dimensão do Estado para criar mecanismos, métodos e soluções para manter abertos os canais institucionais para negociação e com isso manter favorável a estrutura de oportunidades políticas, isso ocorre porque geralmente o ingresso destes atores sociais na esfera do Estado acontece através de conselhos, secretarias e instituições, e as mesmas tendem a se manter intactas enquanto o governo de situação se manter no poder, ou seja, em uma situação de alternância de poder tudo o que foi criado e conquistado por intermédio destes atores sociais e as políticas públicas de incentivo a participação podem ser facilmente excluídos do sistema político pois não há ainda meios para garantir a permanência destes canais e ações.

Para compreender melhor a dinâmica dos movimentos sociais através da perspectiva da TCP, se faz necessário analisar de forma mais profunda alguns conceitos que embasam esta teoria, como os conceitos de ação coletiva, estruturas de oportunidades políticas, ciclos de protesto e repertório. As próximas sessões foram destinadas ao debate dos conceitos supracitados.

1.3.2.1 AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS

O desenvolvimento de um movimento social ocorre dentro das estruturas de oportunidades políticas, ou seja, dentro dos limites institucionais determinados pelo Estado e suas instituições, e a tônica do confronto entre estes atores sociais ocorre através da EOP.

O momento em que existe a possibilidade de criação de um ambiente de maior conflito para os movimentos sociais representa uma EOP mais fechada, e o momento de menos conflito e mais negociação entre os movimentos sociais e o Estado representa uma EOP mais aberta. Independente da EOP, as relações entre os movimentos sociais e o Estado determinam os meios e os caminhos que podem ser utilizados para a reivindicação de direitos, isso ocorre porque em uma situação favorável para os atores em conflito com o Estado existe uma maior interação entre o Estado e estes movimentos permitindo assim que estes movimentos consigam de forma mais simples negociar com o Estado e ingressar nas estruturas do mesmo através de conselhos e instituições ou até mesmo elegendo seus representantes em eleições regulares, tal processo possibilita a criação de novos meios de negociação e a possibilidade de criação de políticas públicas que atendam as demandas de determinados grupos sociais já que neste tipo de momento os movimentos sociais estão dentro da esfera do Estado que é o local onde estão aqueles que tem o poder normativo para promover mudanças significativas na sociedade.

Podemos destacar como momento de EOP favorável, aqueles momentos onde o Estado cria e incentiva o uso de canais de comunicação mais abertos com os movimentos que representam grupos sociais, onde existem políticas públicas e ações de incentivo a participação e em momentos onde o Estado patrocina e incentiva a criação de conselhos para debater sobre os temas mais relevantes para a sociedade. Em uma situação desfavorável e com maior repressão aos movimentos, os mesmos ao se utilizarem de seus repertórios, conseguem abrir novos canais de negociação com o Estado. Os movimentos sociais se desenvolvem através da constância de seus confrontos e se estruturam e organizam de modo a garantir a sua existência em EOP favoráveis ou não.

Podemos destacar como momento de EOP desfavorável, aquele em que as ações do Estado dificultam e eliminam os canais de interação com os movimentos sociais, em que ocorrem ações que extinguem conselhos de representação de grupos da sociedade, e quando o Estado prefere a via da coerção ao invés da via do debate ao se deparar com demandas e reivindicações. (TARROW, 2009, p. 26).

É importante frisar que uma EOP desfavorável além de criar o confronto, tem o potencial de produzir novos repertórios pois quando uma determinada ação coletiva não produz resultados, novos repertórios podem ser criados e a partir dos mesmos novas formas de confronto e pressão nascem a fim de permitir a abertura de novos canais para negociação e interação com o Estado. É importante considerar que nem sempre as estratégias utilizadas para o confronto político irão gerar resultados positivos, por isso os repertórios sempre vão se adaptar ao contexto e a atual conjuntura política, segundo Tarrow são as EOP que determinam as condições para o confronto ocorrer ou não, e é através desta variável que podemos perceber o encorajamento ou desencorajamento para a ação coletiva. (TARROW, 2009, p. 38:39).

A próxima sessão deste trabalho irá tratar do conceito de repertório pois este é um conceito chave para entrarmos no debate sobre os ciclos de protesto.

1.3.2.2 O CONCEITO DE REPERTÓRIO

O conceito de *repertório* desenvolvido por Charles Tilly (1978), explica a forma como ocorrem as ações dos movimentos sociais em conflito com o Estado. O repertório nada mais é do que o conjunto de ações e métodos que são compartilhados entre os indivíduos que compõem um movimento social, estes métodos expressam diretamente os propósitos dos movimentos sociais se traduzindo assim como uma estrutura formalizada de conflito. (TILLY, 1995, p. 26).

Entre os tipos mais tradicionais de repertórios de ação, estão as greves, as passeatas e as manifestações, logo o repertório de ação utilizado por um movimento social é a sua forma de reivindicar suas demandas e de chamar a atenção do Estado. Os repertórios são passíveis de adaptação e de revisão e embora existam repertórios tradicionais que se mantiveram durante toda a história dos movimentos sociais, os mesmos não são fixos e normalmente novos repertórios sempre são criados. Segundo Tilly: “Um movimento social é definido, então, como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, em nome de uma população sob litígio.” (TILLY, 1993 *apud*, ALONSO, 2009, p. 56).

Tilly nos explica que os repertórios se formam ao longo do tempo através das interações entre os movimentos sociais e o Estado, eles são resultantes dos indivíduos que aprendem através de rotinas de conflitos, ou seja, na prática, repertórios tais como os protestos, as ocupações ou as greves, se referem a ações que são aprendidas e utilizadas pelos movimentos.

Tilly explica que existem dois tipos de repertórios, os tradicionais e os modulares, sendo o tipo tradicional referente aos repertórios particulares de determinada comunidade e que só eram invocados em situações muito específicas, ou seja, dificilmente se criavam novos repertórios nesta dimensão, e o segundo tipo (modular), referente aos repertórios utilizados a partir da idade moderna, como seu próprio nome já diz, este tipo de repertório se destaca por ser autônomo e modular pois pode se adaptar facilmente ao contexto de sua aplicação e se mantém externo as formas de poder e coerção do Estado.

Segundo Tarrow, os repertórios mais tradicionais perderam força e espaço para os repertórios modulares, mas isso não significa que os repertórios tradicionais desapareceram, pois uma característica forte deste conceito é a sua capacidade de se adaptar e de se reinventar. (TARROW, 2009, p.52).

Existe uma relação íntima entre os ciclos de protestos e os repertórios para além da relação já conhecida de repertórios como métodos utilizados nos ciclos de protestos. McAdam (1988) lista quatro determinantes que resultam desta relação, conforme explica o autor, esta relação se dá através do poder de influência dos repertórios dentro dos ciclos de protestos, onde as táticas utilizadas pelos movimentos sociais influenciam os indivíduos uns aos outros, garantindo assim a expansão do fenômeno social e a ampliação desta prática. Os ciclos de protestos são fator de incentivo e oportunidade para a criação de novos repertórios, e a expansão ou retração dos ciclos de protestos possibilitam e criam todo o cenário necessário para as novas estratégias a serem desenvolvidas pelos movimentos sociais, estratégias estas que são convertidas em novos repertórios, desta maneira, os repertórios utilizados são a resposta para a atual conjuntura do conflito que está ocorrendo. (MCADAM, 1988).

Se considerarmos os exemplos de repertório apresentados até aqui, podemos ter a impressão de que os mesmos são ações desenvolvidas apenas em ambientes físicos como as manifestações de rua, as passeatas e as ocupações de espaços públicos, porém os repertórios também podem se referir a ações que ocorrem na dimensão virtual, nos domínios da *internet*.

A *internet* possibilita a criação de repertórios de ação pois o ciberespaço garante aos movimentos sociais diversas ferramentas e meios para a sua ação nestes ambientes, como

exemplo de repertórios de rede podemos destacar o *hacktivismo*⁴, a criação de grupos em redes sociais para pressionar atores políticos através de grandes listas de *e-mails*, a divulgação de conteúdo sigiloso do Estado como forma de denunciar abusos de poder, as petições *online*, e a invasão de *sites* públicos como forma de protestar contra alguma ação do Estado.

No segundo capítulo deste trabalho serão feitas discussões acerca dos limites e possibilidades da *internet* e como a mesma tem potencial para produzir mudanças nos modos de interação entre o Estado e a sociedade. Após esta breve explicação do conceito de repertório, na próxima sessão será discutido o conceito de ciclos de protestos.

1.3.2.3 OS CICLOS DE PROTESTOS

Os *ciclos de protesto* (ou ciclos de reivindicações), se traduzem como os momentos das interações entre os movimentos sociais e o Estado durante o confronto, sendo apresentado como uma onda pois os *ciclos de protesto* costumam crescer em intensidade. Durante o conflito e a mobilização de determinado movimento social, percebe-se que com o aumento do confronto, outros movimentos vão se unindo a causa, participando das ações e trazendo seus *repertórios*, tal movimento cria uma dinâmica que fará o confronto crescer até um ponto máximo de intensidade, este processo segue até que ocorra uma diminuição na frequência das reivindicações, diminuindo-se as reivindicações, ocorre o aumento da violência contida nas ações, ou seja, nos *repertórios*.

Os *Ciclos de protesto* são os momentos de expansão dos *repertórios* das ações coletivas, pois chega um determinado momento que os *repertórios* utilizados já não produzem os mesmos efeitos do início das mobilizações, forçando assim a entrada de novos movimentos e atores sociais, e a criação ou adaptação de *repertórios* para que seja garantida a efetividade da ação (TARROW, 1989, p. 20), em outras palavras podemos definir os ciclos de protestos como o incremento e o declínio da intensidade das ações coletivas.

A dinâmica presente nos *ciclos de protestos* faz com que os movimentos sociais se articulem ainda mais através de coalizões e acordos, criando assim uma identidade coletiva cada vez maior e com mais poder de negociação. É interessante notar como os *repertórios* de ação contribuem diretamente para a ampliação dos movimentos sociais, seja pela maior adesão

⁴ Referente a ativistas que atuam nas redes digitais, promovendo ações na internet que tem por objetivo, promover alguma mudança.

de novos membros, pela ampliação de sua identidade coletiva ou pelo seu poder de criação de grandes redes de reivindicações. (TILLY, 1978; MCADAM, 1983).

Com a definição destes conceitos importantes para a TCP, podemos continuar o debate na próxima sessão efetuando uma análise sobre a *Teoria dos Novos Movimentos Sociais*.

1.3.3 A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A *Teoria dos Novos Movimentos Sociais* (TNMS) foi desenvolvida a partir dos trabalhos de diversos autores, com destaque para os trabalhos de Melucci, Habermas, Offe e Touraine, esta teoria apresenta os movimentos sociais como grupos caracterizados por uma forte noção de identidades sociais, diferentemente dos outros tipos de movimentos analisados neste trabalho, os movimentos sociais que se enquadram no que foi definido na TNMS, tem como uma importante característica o fato de não terem como objetivo, adentrar e fazer parte da dimensão Estado e da esfera política, estes movimentos lutam pela garantia dos seus direitos e pelo reconhecimento de suas identidades e demandas.

A TNMS possui ênfase em questões culturais e leva em consideração que as teorias Marxistas e do Funcionalismo já não conseguem responder e explicar os conflitos e interações entre o Estado e a sociedade uma vez que estes conflitos não estão mais centrados nas diferenças e lutas de classes ou de categorias relacionadas ao sistema de trabalho, ou seja, estes conflitos podem ser abarcados pela sociedade como um todo já que a TNMS suporta uma pluralidade de ideias e identidades. (TOURAINÉ, 1989, p. 13, *apud*, ALONSO, 2009, p. 63)

Os atores que caracterizam os movimentos sociais de acordo com a TNMS mostram que estes movimentos se referem a grupos que possuem suas identidades consideradas como marginalizadas, e que devido a isso lutam por reconhecimento, logo, estes grupos defendem o reconhecimento de suas identidades coletivas. Os movimentos referentes a TNMS possuem organização não hierárquica, descentralizada e desburocratizada, e os mesmos buscam mudanças significativas na cultura da sociedade civil. Estes movimentos sociais são uma forma de ação coletiva que através de oportunidades, tentam garantir o reconhecimento de suas identidades, a criação de uma noção de identidade coletiva e a garantia de seus direitos. (ALONSO, 2009, p. 60:68).

Os movimentos enquadrados pela TNMS se mostram como um contraponto aos movimentos sociais clássicos pois possuem práticas e objetivos divergentes, portanto estes movimentos são uma alternativa aos organismos coletivos sociais que são norteados por

ideologias e organizações trabalhistas. (GOHN, 1995, p. 44).

Devido ter como objetivo a promoção de mudanças culturais na sociedade, estes movimentos também se apresentam como uma crítica ao modelo de revolução Marxista, desta forma pode-se considerar que a TNMS explica que estes atores coletivos buscam entre outras coisas, a formação de uma sociedade mais justa e sem divisão de classes.

Os *novos movimentos sociais* até certo ponto se apresentavam como um complemento para a luta de classes no século XX, trazendo consigo as questões propostas de mudanças culturais e reconhecimento de identidades, esta tônica deu a estes movimentos a possibilidade de serem ora movimentos complementares na luta de classes, ora movimentos alternativos aos movimentos sociais tradicionais, e até mesmo aos partidos políticos, e em sua maioria aos partidos de esquerda, embora sabe-se que a teoria política contemporânea já lida com movimentos sociais de direita. Esta pesquisa busca apresentar as teorias de forma cronológica, portanto esta sessão não irá adentrar na dicotomia entre movimentos sociais de esquerda e movimentos sociais de direita.

Os *Novos movimentos sociais* possuem duas características fundamentais, a primeira é que eles se organizam e atuam fora da esfera social do trabalho, e a segunda se refere a sua postura contra o Estado, tornando este tipo de movimento como apartidário. Basicamente os seus representantes e apoiadores se mostram como externos e como atores que são contra as instituições políticas. (BIHR, 1998, p. 67).

Os *novos movimentos sociais* podem ser analisados a partir de três grandes linhas teóricas, a cultural-nacionalista, a do pensamento pós-moderno, e a do paradigma marxista. Para um aprofundamento do debate veremos brevemente estas três linhas de pensamento: A teoria cultural-nacionalista entende estes movimentos como não classistas e definem que eles buscam mudanças pontuais e não necessariamente transformações sociais. A corrente do pensamento pós-moderno propõe que estes movimentos se baseiem no reconhecimento de identidades, na cultura e nas questões reproduzidas socialmente, negando portanto o ideal Marxista e demonstrando uma rejeição aos partidos e sindicatos. Por fim, o paradigma Marxista direciona aos movimentos da TNMS a incorporação de suas lutas, demandas, e ideias na questão da luta de classes, para além disso ocorria também a incorporação do modelo organizacional Marxista, trazendo para os movimentos, atores como os partidos políticos e os sindicatos, sendo identificado então como desafio principal para estes movimentos a dificuldade de se abarcar tantas demandas diferentes na dimensão da luta de classes. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 310:311).

Pode-se afirmar que o surgimento dos *novos movimentos sociais* em parte se deve ao fato de que o alcance dos movimentos de classes é limitado a dimensão e aos espaços do mundo do trabalho, representando assim uma dificuldade em alcançar apoiadores e abarcar novas demandas fora desta dimensão, logo, estes novos movimentos foram os corpos coletivos que nasceram a partir das demandas sociais contemporâneas que necessitavam de novas formas de organização e *repertórios* para garantir as mudanças desejadas. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 265).

É importante frisar que com o advento da *internet*, diversos movimentos sociais e novos *repertórios* foram criados, os movimentos que atuam e se organizam quase que exclusivamente pelas redes sociais, e que se utilizam da fluidez e da facilidade no compartilhamento de informações para expressar suas demandas e bandeiras ideológicas podem em alguns aspectos, se enquadrarem na definição de *novos movimentos sociais*, enquanto alguns outros já podem ser enquadrados como *novíssimos movimentos sociais*, neste caso me refiro a grupos sociais como os coletivos, os grupos que praticam *hacktivismo* e as organizações que possuem horizontalidade em sua organização, além de terem na *internet* o seu espaço de organização e crescimento. A próxima sessão trata brevemente sobre os ditos “novíssimos movimentos sociais”.

1.3.4 A TEORIA DOS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O termo *Novíssimos Movimentos Sociais* ainda é pouco utilizado na teoria política contemporânea e na teoria dos movimentos sociais, porem alguns autores tais como Gohn (2017), já começaram a contribuir com algumas definições do conceito, portanto o explicarei brevemente.

Segundo Augusto, Rosa e Resende (2016, p. 26, *apud* PEREZ; SOUZA, 2017, p. 8), os *novíssimos movimentos sociais* se caracterizam por sua autonomia, horizontalidade, apartidarismo e seus objetivos específicos, ou seja, não possuem uma hierarquia definida e não existem lideranças claras no movimento, em sua organização todos podem liderar e representar o movimento, os movimentos se auto organizam, possuem rejeição aos partidos políticos, instituições e atores da dimensão da política, e suas lutas tem objetivos específicos e bem definidos.

Para Maria da Glória Gohn (2017), estes movimentos tem o poder de se articularem com outros movimentos que podem ser locais, regionais, nacionais, e até mesmo

internacionais, desta forma pode-se considerar que as redes sociais representam um aparato organizacional para estes movimentos uma vez que a *internet* possibilita o espaço e o tráfego de informações necessários para a organização de grupos, o compartilhamento de informações e a criação de eventos, além de ter todo o potencial de reunir grandes multidões em torno de questões relevantes, logo, a *internet* se traduz para estes movimentos como parte de seu *repertório* e como um impulsionador de suas causas. (PEREZ; SOUZA, 2017, p. 8).

Nas próximas duas sessões deste trabalho, são apresentadas análises feitas acerca dos movimentos sociais: MST e MBL, a fim de que sejam mostrados dados sobre a organização, história e repertórios destes movimentos.

1.4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

O MST é um movimento social formado por trabalhadores rurais que lutam entre outras coisas, pelo direito à terra e pela reforma agrária. Na década de 1970 o Brasil estava passando por um processo de modernização da agricultura onde tal processo dificultava cada vez mais o acesso das famílias rurais à terra e a produção de subsistência, beneficiando assim grandes fazendeiros e sindicatos rurais. As primeiras ações de grupos de agricultores organizados ocorreram no sul do Brasil, e antes mesmo destes se formalizarem como movimento social já era verificado o uso de repertórios que até hoje se traduzem como uma profunda marca do MST. O uso da ocupação de terras como repertório de mobilização reforçava cada vez mais a principal reivindicação do movimento: o acesso e o direito à terra. (CALDART, 2001, P. 207).

O MST tomou forma e cresceu a partir da década de 1980 contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e de alguns movimentos sindicais. Segundo Medeiros(1989), a origem imediata do MST ocorreu na ocupação de duas fazendas no Rio Grande do Sul: Macali e Brilhante, e de uma fazenda em Santa Catarina: Fazenda Burro Branco, o agricultores que ocuparam estas fazendas perderam as suas terras devido a construção da barragem de Itaipu e tal ocupação deu origem ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (Mastro). Ainda na década de 1980 o MST a partir de um acampamento em Ronda Alta (RS) se tornou amplamente conhecido, isso ocorreu porque na época a opinião pública se mobilizou em torno da ocupação das fazendas, e houve pedido de intervenção do governo federal. Em 1982 ocorreu o primeiro grande encontro de agricultores que se identificavam com a causa e que tinham as mesmas demandas, a partir de articulações e reuniões, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra foi enfim institucionalizado, isso

ocorreu em 1984 sendo o lema escolhido: “Terra não se ganha, se conquista.”. Caldart (2001) aponta que o MST possui características fundamentais, a saber: A radicalidade de seus repertórios, ou seja, o ato de tomar e ocupar terras improdutivas e bloquear estradas garante muita visibilidade para a mobilização do movimento, influenciando positiva e negativamente diversos sujeitos sociais; A multiplicidade de questões em que é atuante, onde tal multiplicidade fica evidente no que tange ao fato de que o alcance à terra não conclui a luta do movimento, pois se faz necessário que a terra ocupada tenha acesso a infra estrutura, a água potável, escolas para prover educação e formação, e a produção sustentável de alimentos; O seu formato organizacional misto, pois devido a sua multiplicidade de dimensões de luta o movimento acaba sendo visto sob a perspectiva de sua organização, como uma organização social de massas; E por fim o seu caráter universalista, já que as suas bandeiras se direcionam para a criação de uma sociedade que produza de forma mais consciente e onde o acesso a terra seja democratizado. Atualmente o MST está presente e organizado em vinte e quatro estados do Brasil, e conforme consta na página do movimento: as suas ações já ajudaram mais de 350 mil famílias a terem acesso à terra, além disso atualmente o MST é o maior produtor de arroz orgânico⁵ da América Latina.

Na rede social *Twitter*, o perfil do MST (@MST_Oficial) foi criado em setembro de 2009 e conta com 132.700 seguidores, o perfil segue 295 perfis, em sua maioria de atores políticos da esquerda Brasileira, tais como a ex-presidenta do Brasil Dilma Roussef, e o perfil do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A próxima sessão desta pesquisa, conceitua historicamente o Movimento Brasil Livre (MBL) para que seja feita a apresentação dos dados e os *insights* obtidos de ambos os movimentos analisados.

1.5 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

O Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento social criado em 2014, tendo como antecessor, o grupo Estudantes pela Liberdade (EPL). O MBL representa um dos mais importantes movimentos surgidos no Brasil a partir de 2013, e o mesmo se destaca por se enquadrar na definição de “novíssimos movimentos sociais” e diferentemente do que estamos acostumados a ver nos movimentos sociais, eles possuem um direcionamento ideológico mais

⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>

a direita e apostam em ações e demandas que tenham haver com o liberalismo econômico e libertário, desta maneira defendem pautas que visam uma diminuição do Estado, privatizações e alterações profundas no modo de se criar políticas públicas no Brasil, apostando assim num formato não redistributivo. O MBL se define como: “[...] uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. [...]” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2014).

São princípios do movimento a garantia da autonomia individual, o apoio e incentivo a livre iniciativa, a prioridade dos indivíduos e da sociedade em relação ao Estado, a defesa de valores morais que reforcem a ideia de meritocracia, o federalismo, a democracia representativa e o Estado de Direito. O MBL também defende que a atuação do Estado deva se pautar nas lógicas da eficiência, inovação e transparência. (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015).

Suas principais características, ações e todo seu aparato ideológico é expresso em seu “Manual de Instruções” e pode-se perceber que os objetivos e valores do movimento são totalmente ancorados em ideais liberais.

O MBL foi um ator social chave no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, pois a sua mobilização organizada através das redes sociais e as manifestações que foram resultados destas mobilizações, deram a tônica e o impulso necessários para o processo, garantindo maior visibilidade para o movimento e contribuindo para a já crescente polarização da sociedade Brasileira, além de influenciar grande parte do eleitorado, já que no mesmo ano o MBL conseguiu através do DEM, eleger como vereador um de seus fundadores: Fernando Holiday, e dois anos mais tarde conseguiu eleger Kim Katagiri, possivelmente o maior representante do movimento, como Deputado Federal pelo mesmo partido.

O MBL não só conseguiu eleger alguns representantes do movimento para a esfera política como também apoiou diversos candidatos, e no apoio a estes candidatos e partidos políticos o seu direcionamento ideológico se reforça, pois o MBL recusa o apoio a partidos com forte direcionamento para a esquerda, optando por se aproximar e apoiar partidos de direita e centro-direita.

O MBL é conhecido pela sua forte atuação e presença nas redes sociais, sobretudo pela maneira que se utiliza de repertórios como as *fake news* para garantir apoio e cada vez mais seguidores mesmo que isso vá de encontro diretamente a um de seus pilares norteadores que é o da liberdade individual. O MBL não chega a ser um movimento totalmente apartidário como grande parte dos novíssimos movimentos sociais, o fato do mesmo ingressar no Estado mesmo

tecendo diversas críticas ao mesmo só demonstra que o movimento pretende utilizar o Estado e suas instituições para propagar os seus ideais e garantir a sua existência. Embora o movimento atue fortemente nas redes sociais, existe também a atuação do mesmo nas ruas, tendo como repertórios as manifestações, as aulas públicas e a panfletagem. Segundo Souza, Messias e Espiñeira (2017), o MBL atua na dimensão eleitoral elegendo e apoiando candidatos que estejam de acordo com o seu programa, e na dimensão social que engloba as redes sociais e as ruas, mobilizando e criando manifestações em torno de causas objetivas.

No *Twitter*, o Movimento Brasil Livre (@MBLivre) teve seu perfil criado em junho de 2013 e possui atualmente 474.141 seguidores.

Finda a análise acerca da teoria dos movimentos sociais, e a breve apresentação dos dois movimentos que tiveram seus perfis analisados, esta pesquisa apresenta no próximo capítulo um debate acerca da *internet*, sua história, limites e potencialidades, além do conceito de protocolo desenvolvido por Galloway, e do conceito de sociedade em rede proposto por Manuel Castells.

2 INTERNET E REDES

Compreender as mobilizações e a organização dos movimentos sociais ou coletivos sociais na dimensão da *internet* e das redes nos leva a efetuar um debate sobre o seu caráter dual, seu papel na dimensão política e social, além dos conceitos mais importantes que mostram a influência das redes no nosso cotidiano e a intersecção entre as mesmas e as mobilizações da sociedade civil.

2.1 A INTERNET: HISTÓRIA E DEFINIÇÃO

A história da *internet* se inicia na década de 60 com a criação de uma rede de computadores interligados chamada de *Arpanet*, esta rede foi desenvolvida por uma agência norte americana chamada ARPA e começou a funcionar em 1969. A *Arpanet* tinha como principal objetivo, o de garantir aos Estados Unidos meios deles se tornarem superiores tecnológica e militarmente frente a União Soviética que na época já se posicionava na vanguarda tecnológica devido ao lançamento do satélite *Sputnik*.

A *arpanet* servia para que os pesquisadores envolvidos nos projetos desta agência pudessem consultar e compartilhar informações sobre suas pesquisas, além de servir para a interação entre os diversos centros de pesquisa situados nos Estados Unidos, possibilitando assim a troca de informações de forma interativa. A ARPA foi pioneira no uso e desenvolvimento de uma tecnologia que possibilitasse para a área de telecomunicações a transferência de informações através de trocas de pacotes de dados, ou seja, através da comutação de pacotes. A sua tecnologia pode ser considerada como o embrião do que chamamos de *internet* hoje em dia.

Com o tempo e o recorrente sucesso da *arpanet*, o número de computadores interligados a ela foi crescendo cada vez mais e a partir desse crescimento a mesma foi interligada a outras redes criadas nos Estados Unidos se tornando parte de uma rede maior, ou de uma “rede de redes”. Em 1973 dois cientistas da computação, Robert Kahn da ARPA, e Vint Cerf da Universidade de Stanford, escreveram um artigo apresentando uma possível arquitetura básica para uma vasta rede de computadores, ou seja, para uma rede muito semelhante a *internet*. Nesta época havia uma impossibilidade de comunicação entre diversas redes pois seus formatos e protocolos eram diferentes, logo a falta de padronização e os diversos tipos de arquitetura passaram a representar um empecilho para a expansão destas redes. Foi graças aos esforços de Vint Cerf em conjunto com outros cientistas da computação que este problema de

conexão e padronização entre as redes existentes foi resolvido. A solução para o problema foi a criação de um protocolo de rede que é utilizado até hoje: O TCP⁶ (*Transmission Control Protocol*).

O protocolo TCP serviu para normalizar, padronizar e controlar os dados de envio e recebimento das redes, cinco anos depois de criar o TCP, Cerf e os demais cientistas envolvidos no projeto resolveram dividir o mesmo em duas partes lógicas, criando assim o famoso protocolo TCP/IP⁷.

Entre 1975 e 1990 a *arpanet* foi controlada por agências de defesa do governo dos Estados Unidos, e durante este tempo houve uma ampliação da comercialização da tecnologia e de seus protocolos, por exemplo, a Fundação Nacional da Ciência (NSF) financiou a expansão da rede entre universidades e institutos de pesquisa e a tecnologia foi se popularizando a medida que grandes *players*, como a IBM⁸ investiam na mesma, tais investimentos contribuíram para que o protocolo TCP/IP se tornasse o protocolo padrão utilizado até hoje para este tipo de comunicação. A expansão da rede de computadores para o setor privado tem seu início durante os anos 90 devido a desativação da *arpanet* e sua restrição ao domínio militar o que possibilitou a criação dos provedores de *internet* e permitiu o início da exploração comercial de seu acesso. (CASTELLS, 2003, p. 15:18).

Após os dados históricos analisados sobre a criação e evolução da rede, podemos dizer que por definição a *internet* é um conglomerado de redes que possibilitam a conexão descentralizada de computadores e dispositivos tecnológicos através de um conjunto de protocolos. Através da *internet* é possível o acesso ao espaço virtual que permite a rápida troca de mensagens e informações, e a ocorrência de interações entre pessoas em diversas localidades geográficas. Conforme explicado no início deste capítulo, a *internet* funciona através do protocolo TCP/IP, este protocolo é o responsável pelo funcionamento e padronização do envio e recebimento de dados através *internet*, e pode ser definido como um protocolo que suporta e gerencia o compartilhamento de recursos existentes em diferentes redes de envio e recebimento de pacotes de informação. (CERF, 1974, p. 01).

O TCP/IP embora seja um protocolo, é formado por um conjunto de outros protocolos que funcionam em formato de camadas, totalizando quatro camadas: aplicação, transporte, rede e interface.

⁶ Protocolo de transmissão de dados.

⁷ Protocolo de transmissão de dados com o protocolo de acesso à internet.

⁸ International Business Machine Corporation (IBM) é uma empresa dos Estados Unidos voltada para a área de tecnologia.

A camada de aplicação é a primeira camada do protocolo, ela é responsável por enviar as informações de programas que utilizam a rede, e é nesta camada que se encontram protocolos como o SMTP⁹ (para envio e recebimento de e-mails) e o HTTP¹⁰ (navegação através da *internet*). Após o processamento de dados ser feito na camada de aplicação, os dados são enviados para a segunda camada, chamada de camada de transporte, esta é a camada responsável por verificar a integridade dos dados que estão sendo enviados ou recebidos e dividi-los em pacotes de igual tamanho. Depois de verificada a integridade dos dados e feita a divisão em pacotes, os dados são enviados para a camada de rede, esta é a terceira camada do TCP/IP e nela os pacotes recebidos são anexados ao endereço virtual da internet (IP¹¹), todo pacote é anexado ao IP de origem e de destino. Por fim os pacotes chegam a quarta camada, a camada de *interface* que é responsável por receber os dados e permitir o acesso aos mesmos. (TANENBAUM, 2002, p. 48:50).

Este sistema comunicacional que descrevemos brevemente tem avançado nos últimos anos de uma forma nunca vista o que possibilita que alguns teóricos defendam a ideia de que estamos em uma quarta revolução industrial – a era computacional, ocorre que nos últimos 30 anos a *internet* se transformou no sistema mundial de troca de dados e produção de informação, estando presente em todos os âmbitos da vida social. Esta universalização produz como consequência um aumento da dependência em relação a este sistema, diariamente um volume imenso de informação é criado, mantido, e trafegado pela *internet*, desta forma é evidente a importância que a rede tem adquirido enquanto ferramenta de organização da vida social.

A *internet* possui um caráter que tende ao universalismo, e em pouco tempo a *internet* se tornou fundamental para o funcionamento do mundo, atualmente existem diversas formas novas para se manter *online* e atualmente a *internet* não está mais vinculada apenas à computadores e *smartphones*, exemplos disso são os dispositivos desenvolvidos sob o conceito de *IoT*¹² (*internet of things*), as criptomoedas¹³ e os sistemas baseados em *machine learning*¹⁴.

Desde o nascimento da *internet* é possível visualizar a sua forte relação com as dimensões do mercado e da economia, pois ela possibilitou a criação de diversos novos

⁹ Conjunto de protocolos que gerenciam e possibilitam o envio e recebimento de e-mails.

¹⁰ Protocolo que determina as regras e funcionamento da navegação em páginas da web.

¹¹ Padrão de endereço utilizado por toda a internet, consiste em 4 conjuntos de 3 números separados por pontos: 000.000.000.000

¹² Conceito referente aos diversos aparelhos eletrônicos e objetos que tem a capacidade se conectarem via internet.

¹³ Conjuntos de dados que possuem valor monetário não determinado pelas instituições e bancos, o seu valor é determinado de acordo com a oferta e demanda deste conjunto de dados.

¹⁴ Área da ciência de dados que é responsável por criar sistemas e tecnologias que possibilitam que as máquinas possam aprender as mais diversas atividades a fim de se automatizar processos.

modelos de negócios, além de novas práticas administrativas. Em outras palavras com a crescente expansão no acesso à *internet*, grande parte dos negócios migraram para o mundo *online* ou se adaptaram para atuar neste canal. A relação da *internet* com o mercado pode ser compreendida através de sua característica de criar renda a partir da comercialização do acesso, das relações de compra e venda que ocorrem em sua dimensão, e pela sua capacidade de tornar tudo um produto, do o acesso a conteúdos, até a informação produzida pelos usuários nas redes sociais. Segundo o relatório *Internet Trends Report*¹⁵ da empresa de capital de risco *Kleiner Perkins*, na metade do ano de 2018 a *internet* possuía cerca de 3.6 bilhões de usuários, ou seja, mais da metade da população mundial já está acessando a *internet*, os usuários ficam conectados em média por 6 horas diárias, 60% dos itens comprados globalmente pelos usuários de *internet* são comprados *online*, nos EUA o volume das vendas por *e-commerce*¹⁶ em 2018 chegaram a 400 bilhões de dólares. Neste sentido a *internet* possibilita a criação de modelos de negócios lucrativos que geram renda e capital para grandes empresas tecnológicas.

A *internet* também pode ser analisada como um ferramenta que possibilita a expressão do desejo político de um indivíduo ou grupo, iniciativas como os sistemas de *crowdfunding*¹⁷ para financiar campanhas de candidatos a cargos eletivos, ou para reunir recursos em prol de alguma demanda social como a construção de uma escola comunitária e sistemas de petições *online* são alguns exemplos de como a rede pode ser utilizada por motivações políticas e sociais pelos mais diversos atores sociais.

Quando deslocamos o debate sobre os “usos” da *internet* do campo da economia para o campo das interações políticas e sociais, outras questões tornam-se centrais para a literatura especializada, entre os temas mais abordados esta a questão das formas pelas quais os diferentes atores sociais da sociedade civil fazem uso desta ferramenta/espço no processo de produção de suas agendas de reivindicação, e formas de mobilização e pressão social.

Pensar nos usos políticos da rede requer resgatar um debate sobre o que seriam as redes e o ciberespaço dentro deste contexto político e social e como poderíamos definir seus limites e potencialidades sob esta perspectiva. Estes são os temas que as próximas sessões abordam.

¹⁵ Os dados podem ser acessados através do link:

https://www.kleinerperkins.com/files/INTERNET_TRENDS_REPORT_2018.pdf

¹⁶ Sistemas de compra e venda de produtos ou serviços existentes na internet.

¹⁷ Campanhas digitais de financiamento coletivo.

2.2 O CIBERESPAÇO

O termo ciberespaço foi desenvolvido pelo escritor norte-americano William Gibson e foi citado pela primeira vez na obra “Neuromancer”, um livro clássico do gênero da ficção científica. Alguns autores se referem à *internet* como ciberespaço, Pierre Lévy diz que o ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, onde segundo o autor, o termo não se refere apenas a infraestrutura que possibilita a comunicação e troca de informações através das redes, mas também a toda a gama de informações que a *internet* abriga, logo, quando falamos de cibercultura estamos falando do conjunto de técnicas, práticas, modos de pensamento e valores que se desenvolvem dentro do ciberespaço. (LEVY, 1999, p.15:16).

Levy ao dissertar sobre a cibercultura a apresenta como um fenômeno social que é resultado de um movimento de indivíduos que possuíam interesses em novas maneiras e meios de se comunicar coletivamente, gerando assim uma cibercultura e abrindo novos espaços para comunicação social. (LEVY, 1999, p. 09).

As redes da *internet* se alimentam das informações geradas pelas interações entre os indivíduos e cria um arcabouço de inteligência e conhecimentos coletivos, e com isso passa a se desenvolver e a se ampliar. As redes foram concebidas de forma escalável para garantir a sua sempre crescente expansão e alcance. (LEVY, 1999, p. 27). A expansão das redes cria ambientes, espaços, formas de interação, e torna a vida cada vez mais conectada, diminuindo a distância geográfica entre indivíduos, informações e conteúdos, conforme Pierre Lévy diz, as redes se referem ao: "(...) ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural." (LEVY, 1999, p. 10,).

As interações da sociedade civil no âmbito do virtual permitem a reprodução das questões do mundo real e se apresentam como uma alternativa para mudanças neste mundo; é a ação virtual que se torna real quando aplicada ao mundo físico. (LEVY, 1999, p. 88).

Nesta pesquisa optamos por diferenciar o ciberespaço e a *internet*, determinando que o ciberespaço é o espaço virtual onde ocorrem as interações sociais da sociedade civil, a construção dos seus laços sociais de forma colaborativa e coletiva, e a *internet* como a ferramenta que através de protocolos possibilita o acesso ao ciberespaço. Devido a diferenciação entre os conceitos, se faz necessário explicar o que são, como são formados e quais são as influências dos protocolos de rede na vida social, tema que é debatido na próxima sessão.

2.3 O CONCEITO DE PROTOCOLO

Para propor uma relação entre movimentos sociais e *internet*, foi necessário analisar a rede não através de suas questões técnicas, mas sim através de uma visão sociológica, mais precisamente através do conceito de protocolos desenvolvido pelo autor Alexander Galloway.

Segundo Galloway (2004, p. 07 *apud* SANCHES, 2016, p. 70), a tecnologia é algo inerentemente político e social onde os protocolos que determinam o funcionamento da rede são na verdade uma forma de se garantir “regulamentações voluntárias em um ambiente de contingências.” (GALLOWAY, 2004, p. 07).

Através da análise dos protocolos que determinam as regras e meios com o qual a *internet* funciona e deve funcionar, Galloway explica que o funcionamento da *internet* ocorre em fases pré-definidas, ou seja, podemos dizer que os *gateways* se referem a diversas redes de comunicação conectadas entre si através de diversas *interfaces* computadorizadas, enquanto os *hosts* são definidos como o consumidor final dos serviços de conexão, desta forma o seu computador é um *host*. Entendemos por *host* os computadores que utilizam a rede para o envio e recebimento de informações. Ainda sobre os *hosts*, podemos dizer que os mesmos são sistemas intermediários que executam aplicações em nome das pessoas que “controlam” o computador em questão. Um *host* possui duas dimensões: clientes e servidores, onde os clientes atuam como os destinatários das informações e os servidores como os remetentes. Os *hosts* funcionam através de protocolos que aqui podem ser entendidos como um conjunto de regras e definições escritos em uma linguagem específica passível de interpretação e execução por sistemas computacionais, logo os protocolos que compõem o TCP/IP são executados em uma ordem pré-definida para a conexão dos *hosts* na *internet*. (GALLOWAY, 2004, p. 49).

Galloway nos apresenta em sua teoria que a *internet* nada mais é do que pura regulação, os seus protocolos são fundamentalmente sistemas de regulação e por isso, o autor discorda que a *internet* seja um espaço livre de regulação, hierarquia, organização, e controle. Embora haja muito controle governamental e corporativo nos acessos e sites de *internet*, algo que será brevemente abordado em outra sessão deste trabalho, é importante frisar que os protocolos estão fora deste tipo de controle uma vez que os computadores em rede possuem sua própria lógica de controle, em outras palavras, o que podemos dizer sobre o controle, é que ele não faz parte dos protocolos, ele se refere as grandes corporações de rede e as suas relações com o governo, e embora elas não determinem diretamente os protocolos, elas são os provedores físicos de acesso as redes e conseqüentemente, de acesso aos protocolos. (GALLOWAY, 2004, p. 7).

Discutir sociologicamente sobre os protocolos de *internet* requer que a análise do processo de tráfego e o gerenciamento da informação digital seja feito mediante um processo de abstração de seu funcionamento, Galloway divide essa abstração em três partes: diagrama, tecnologia e estilo de gerenciamento, sendo o diagrama referente a rede e ao seu formato, a tecnologia referente aos dispositivos tecnológicos utilizados para o acesso a *internet*, e o estilo de gerenciamento referente aos protocolos que determinam as regras de operação do diagrama e tecnologia. Atualmente o formato mais comum para redes são as redes distribuídas, pois após a descentralização das mesmas, ficou mais fácil perceber que neste novo diagrama, por mais que não haja mais centralidade no envio e recebimento de informações, as informações e meios continuam sobre o controle protocolar, causando um gerenciamento da informação já que a informação flui de forma regulada, sendo assim, a *internet* nada mais é do que o sistema de gerenciamento informatizado da informação. O diagrama, a tecnologia e os protocolos são uma ferramenta de controle, é importante considerar este aspecto do controle pois ele é um ponto fundamental para compreender como os indivíduos se articulam e se mobilizam através da *internet*, pois ao considerarmos todo o aparato de controle da rede, será possível enxergar os limites da participação. (GALLOWAY, 2004, p. 03).

Os protocolos são a garantia da existência das redes, por isso toda a tecnologia baseada em *internet* foi desenvolvida de forma escalável, a própria rede evolui e garante melhorias para seu funcionamento. Galloway mostra como o diagrama de rede distribuída é o diagrama ideal para a existência e sustentabilidade do sistema, pois por se tratar de uma rede distribuída, descentralizadas e autônoma, a destruição de uma parte da rede não ameaça a viabilidade e existência da rede como um todo, a única maneira de excluir uma rede distribuída, é removendo toda a rede. (GALLOWAY, 2004, p. 11).

Galloway define que os protocolos da *internet* são essencialmente “tecnologias políticas”, e ao considerar que o TCP/IP é a base da *internet*, que é o sistema que distribui de forma horizontal as informações, e que o protocolo DNS¹⁸, é o protocolo de uma camada superior que estratifica verticalmente as informações, o autor mostra que existe controle sobre todo tráfego de informações uma vez que tudo passa pelas camadas de protocolos, os blocos de informações são organizados, registrados e se propagam de forma pré-definida. (GALLOWAY, 2004, p. 17).

A teoria de Galloway se norteia através das noções de poder e controle desenvolvidas por Deleuze, Guatarri e Foucault, onde o autor utiliza a intersecção entre as teorias da sociedade

¹⁸ Protocolo responsável por traduzir os endereços IP para os endereços dos sites.

de controle e da biopolítica, de Deleuze e Foucault respectivamente. (GALLOWAY, 2004, p. 81).

Os diagramas propostos por Galloway em sua obra ilustram os formatos e tipos das redes, e tais diagramas permitem analisarmos como os protocolos se aplicam nas relações sociais e como as informações trafegam dentro da sociedade.

A teoria de Galloway acerca dos protocolos e de sua influência na sociedade ganha um caráter social e político a partir do momento que o autor analisa a teoria através da ótica do poder. Para compreendermos melhor estes conceitos que correlacionam o ciberespaço, que logicamente é regido pelos protocolos, com o poder e controle exercido no uso e acesso ao mesmo, foi necessário o acesso as teorias de Foucault, conforme supracitado, que tratam dos espaços influenciados e transformados pelas práticas dominantes históricas por meio das intervenções humanas.

Foucault apresenta em sua teoria três momentos históricos referentes a distintas formas do exercício do poder, a saber estes três momentos são: a sociedade soberana, a sociedade disciplinar e a sociedade de controle. Neste contexto, o poder é compreendido como “um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem como papel ou função manter, mesmo que não consigam, justamente o poder”. (FOUCAULT, 2008, p. 04), o autor ainda argumenta que esses mecanismos de poder são parte fundamental das relações sociais.

A análise dos três momentos históricos destacados por Foucault será feita de forma cronológica, ou seja, primeiro serão tratadas as questões da sociedade soberana, que se refere à idade média (séculos XVII à XVIII), depois trataremos do conceito sob a perspectiva da sociedade disciplinar, referente a idade moderna (século XVIII), e por fim trataremos da questão sob a ótica da sociedade de controle, referente a idade contemporânea. (FOUCAULT, 2008, p. 04, *apud* SANCHES, 2016, p. 64).

Como os três momentos históricos estão sendo analisados sob a perspectiva do exercício do poder, é importante frisar que Foucault aplica a mesma regra, no caso, uma desobediência a alguma lei para os três momentos e analisa como sociologicamente ocorre o exercício do poder em formato de punição, desta maneira ao falarmos da sociedade soberana, temos acesso a uma sociedade com uma clara definição do que se pode ou não fazer e o desrespeito a esta regra leva o indivíduo a ser punido por um sistema jurídico. No segundo momento analisado, a sociedade disciplinar, a lei tem todo um caráter de formação do indivíduo que tende a utilizar a vigilância e a correção como fator de punição. E por fim temos a sociedade de controle, esta é profundamente caracterizada por uma negação do sistema binário presente nos dois momentos anteriores (permitido X proibido) e que ao exercer o poder sob um infrator,

leva em consideração diversas questões sociais para que se tenha uma clara definição do que é ou não aceitável. Podemos sintetizar estes três momentos históricos levantados por Foucault de uma forma mais simples, basicamente dizendo que o poder na sociedade soberana é exercido sobre os territórios, enquanto o poder na sociedade disciplinar é exercido sobre os indivíduos, o e poder na sociedade de controle é exercido sobre o coletivo. (FOUCAULT, 2008, p. 08:09; p. 16, *apud* SANCHES, 2016, p. 65:66).

Os protocolos que determinam o funcionamento da *internet* segundo Galloway, são instrumentos de controle social, porém se referem a um controle que não é exercido por governos, corporações ou ainda por indivíduos, pois os mesmos possuem como aspecto fundamental o seu caráter organizacional, ou seja, eles se referem a um fator ativo de organização para o bom funcionamento da tecnologia, logo é correto afirmar que os protocolos são responsáveis pela manutenção do controle e da comunicação quando ambos atuam em conjunto. Embora os protocolos sirvam inicialmente para determinar as regras e formatos de funcionamento da *internet* e de suas tecnologias, o mesmo também coloca sobre a lógica de protocolo todos os usuários da tecnologia, pois o acesso a *internet* transforma o usuário em um produto monetizável, logo todo o conteúdo acessado, produzido e compartilhado pelo usuário se torna um produto digital massificado e recebe um rótulo, um direcionamento, uma tarja.

É disso que se tratam os protocolos, determinar padrões e criar identidades. Galloway explica que estamos na era da interatividade dos corpos, e que as relações sociais na *internet* não se dão exatamente pelo que os indivíduos falam e compartilham, pelo contrario, se dão pelo fato dos indivíduos estarem acessando e utilizando os sistemas digitais sob um rotulo específico, através de uma identidade, como o gênero, a classe social, e a ideologia política.

Os protocolos determinam o funcionamento das redes e conseguem a partir de suas regras técnicas, criar o ambiente propício para que os corpos sociais sejam codificados de modo a representarem uma identidade específica, criando assim redes humanas em ambientes virtuais que são direcionados através de uma lógica de identidade afetiva, portanto os indivíduos dentro deste sistema são virtualmente codificados e rotulados com diversos marcadores de identidades afetivas e isso por fim, acaba direcionando o seu modo de obter, compartilhar e criar novas informações. (GALLOWAY, 2004, p. 81, *apud* SANCHES, 2016, p. 79).

Ao invocar as teorias de Foucault e Deleuze, Galloway buscou apresentar e problematizar todos os aspectos políticos dos protocolos, e o conceito de biopolítica é um conceito fundamental para fechar esta discussão. Segundo Foucault (1978), biopolítica se refere ao conjunto de práticas que tem por objetivo, disciplinar as populações, que neste caso retroalimentam o exercício do poder, já que são o alvo e o instrumento do poder.

O resgate do conceito de sociedade de controle já debatido neste trabalho, nos permite perceber a intersecção do mesmo com o conceito de biopolítica, pois segundo Galloway (2004, p. 81 *apud*, SANCHES, 2016, p. 79), o protocolo exerce controle sobre a vida em si mesma, destarte, o protocolo garante as condições para o controle e determina as ações dos indivíduos ao mesmo tempo que os controla.

A discussão proposta por Galloway sobre os protocolos e os usos políticos da *internet* abre espaço para o debate sobre as ambiguidades da rede e a sua dualidade potencial em promover o bem e o mal, na próxima sessão é feita uma discussão acerca desta dualidade a partir de alguns teóricos que tratam diretamente do assunto.

2.4 A AMBIGUIDADE DA INTERNET

Logicamente as redes sociais não são espaços totalmente neutros e isentos de manipulação, logo não podem garantir em nenhuma escala que os grupos que se formam, as informações que são compartilhadas, e a demandas que são pautadas não sofreram interferência ou manipulação do Estado ou dos grupos acionários que direcionam e decidem sobre os rumos comerciais destas redes sociais. É importante frisar que da mesma forma que a *internet* pode permitir a criação de grupos de interesses de forma orgânica e que estes grupos podem sim, através de suas interações, criar pautas legítimas e se mobilizarem para tal, o inverso também é válido. Como exemplo podemos destacar um estudo feito pela Universidade de *Oxford* em 2015 que mostra que desde o ano de 2014, o uso de *Bots*¹⁹ foi fundamental para os resultados das eleições Brasileiras, ou seja, algoritmos e *softwares* que simulam o comportamento de eleitores em redes sociais conseguiram influenciar a criação de grupos de interesse, os votos dos indivíduos nas eleições, e a mobilização de grupos em torno de diversas questões. (OXFORD, 2015).

As redes e o acesso à *internet* ainda possibilitam e reforçam a promoção de desigualdades e a exclusão social, isso ocorre porque ainda não alcançamos a fase de democratização do acesso à rede, tampouco temos estruturas físicas e sociais para tal demanda.

A *internet* tem como base o paradoxo de ter sido criada para ser livre e para se desenvolver de forma que todos possam utiliza-la, porém a mesma cresce de forma controlada

¹⁹ Sistemas computacionais que atuam na internet simulando ações humanas, tais como efetuar postagens em redes sociais.

e nem todos possuem o mesmo tipo de acesso e acesso aos mesmos conteúdos, as condições de acesso se referem a um grande problema já que certas localidades não possuem a infraestrutura necessária para comportar pontos de acesso a *internet*, para além destes pontos, uma formação social e educacional que garanta o conhecimento necessário para operar dispositivos tecnológicos e acessar a *internet* de forma saudável é fundamental para a democratização do acesso. (LEVY, 1999, p. 240).

Galloway exemplifica a questão da ambiguidade da *internet* trazendo à tona os seus protocolos, onde o autor explica que os protocolos são um aparato de controle, de regulamentação do uso, e formato da ferramenta. (GALLOWAY, 2004, p. 03).

O uso da *internet* como espaço para reivindicação de direitos e para apresentar questões políticas e sociais pela sociedade civil e pelos atores políticos permitiu de certa forma uma ampliação da esfera pública e da arena política, além de permitir também uma maior aproximação entre representantes e representados, pois novos meios de comunicação e articulações entre a sociedade civil e o Estado foram criados ou reforçados nesta dinâmica. (Subirats, 2011; Pinho, 2012; Brugué, 2009).

A *internet* possibilita a criação de novos meios de intervenção social que possuem potencial para ampliar a atuação dos movimentos sociais e garantir maior visibilidade aos mesmos. Para compreender a dinâmica e a importância deste espaço que possibilita a mobilização da sociedade civil, se faz necessário compreender que o acesso livre à informação é uma prerrogativa fundamental a quaisquer regimes tidos como “democráticos”, desta maneira o uso da *internet* como espaço para mobilização e como uma extensão da arena política deve estar ancorado em conceitos fundamentais da democracia e da participação.

Para além do controle dos protocolos, a *internet* e os acessos feitos através dela são passíveis também de outros níveis de controle, conforme Assange explica, os Estados são sistemas através dos quais agem as forças repressoras e estas forças podem atuar através da *internet*, reprimindo e punindo os indivíduos a partir do uso de informações privilegiadas, dados e registros diversos. (ASSANGE *et al.*, 2013, p. 22). Mesmo com tantas questões como o monitoramento de comunicações, que diminuem e muito o poder das interações dos atores sociais através da *internet*, a mesma ainda representa uma ferramenta com grande potencial para a emancipação e liberdade do homem. Segundo Assange: "(...) a *internet* que temos hoje é a infraestrutura para todas as nossas interações, sejam elas sociais, econômicas, culturais, políticas..." (ASSANGE *et al.*, 2013, p. 90).

As ações em conjunto entre os setores públicos e privados, que vão desde o *lobby*

político²⁰, até o uso de forma arbitrária de dados, metadados, e quebra de privacidade através de solicitações judiciais feitas pelo Estado para as empresas tecnológicas, torna evidente a existência de um sistema robusto de controle e abusos por parte destes entes envolvidos. Para termos o direito de acessar os diversos serviços e redes sociais *online*, acabamos tendo que abrir mão de nossa privacidade e isto se verifica de várias formas, por exemplo, a partir de uma leitura dos termos e condições de uso destes serviços, que muitas vezes são abusivos, pela facilidade em que o Estado tem em obter judicialmente o histórico de acesso dos indivíduos, pela comercialização de dados de usuários entre empresas, ou ainda pelo uso político das preferências de acesso dos usuários, onde a partir da identificação do perfil e suas preferências, ocorre o direcionamento massivo de mensagens com tendências políticas de modo a haver a possibilidade de influência no voto dos indivíduos. Levando em consideração que as ações e interações dos indivíduos através da *internet* podem levar a uma alteração da realidade, através de uma tentativa de quebra do *status quo*, faz muito sentido que a resposta do Estado se pautar na vigilância e na tentativa de silenciar todos aqueles que tentam criar coletivos em prol de uma causa comum, porém mesmo com tantos problemas a *internet* ainda possui grande potencial emancipatório e existem muitos exemplos de como a mesma foi útil para diversos levantes do século XXI, e garantiu mesmo que por algum tempo, resultados bem expressivos nas lutas de movimentos sociais. Julian Assange em seu livro destaca a revolução ocorrida no Egito em 2008, e nos mostra que por um lado a *internet* possibilitou a rápida criação de uma rede de mobilização que conseguiu derrubar um governo ditatorial e influenciou diversos levantes pelo mundo, porém por outro, a mesma ferramenta utilizada para dar andamento em uma revolução foi utilizada para rastrear e punir os manifestantes.

A *internet* pode ser utilizada para garantir resultados democráticos através da mobilização *online* e ao mesmo tempo pode também ser utilizada para punir aqueles que estão causando “problemas” ao Estado ou a grupos de poder. (ASSANGE *et al.*, 2013, p. 37:38).

Devido ao monopólio da força e o seu poder institucional, o Estado possui uma posição privilegiada com relação aos indivíduos, dificultando assim quaisquer tentativas de alterar o *status quo*. Como exemplos de possíveis ações do Estado para inibir estes movimentos, podemos citar o controle sobre as movimentações bancárias, e o controle sobre o rastro financeiro de qualquer indivíduo, onde o Estado pode atuar de forma violenta bloqueando os recursos financeiros de indivíduos caso determine que tenha alguma irregularidade sobre os

²⁰ Atividade de grupo ou indivíduo que visa efetuar negociações na dimensão da política com o objetivo de garantir benefícios em troca de apoio.

valores e movimentação. (ASSANGE et al., 2013, p. 57).

Diferentes atores da sociedade civil têm procurado debater e desenvolver formas para garantir o acesso verdadeiramente livre da *internet* por meio de criptografia e a partir do compartilhamento de informações “sigilosas” na *web*, estas ações visam ampliar a capacidade organizativa que a *internet* permite aos usuários, o que requer “diminuir” as possibilidades de controle deste espaço/ferramenta. Atualmente a tecnologia já possibilita o desenvolvimento de ferramentas que permite um certo grau de afastamento do domínio e controle do Estado, através de iniciativas como as criptomoedas, os sistemas de criptografia, o movimento a favor de *software open source*²¹, as petições *online*, os portais que disponibilizam informações censuradas pelo Estado, os sistemas de transparência e etc., percebemos que já existe um caminho para um uso mais seguro e menos controlado da *internet*. (ASSANGE et al., 2013, p. 67).

Uma *internet* livre, onde o acesso e a disseminação da informação seja garantida a todo cidadão logicamente iria necessitar de certos mecanismos de controle em um nível baixo para se evitar crimes *online*, como a lavagem de dinheiro, a pedofilia, o terrorismo e o tráfico de armas, drogas e pessoas, porém é possível garantir a liberdade da sociedade sem violar a privacidade dos cidadãos ao mesmo tempo que se investiga estas infrações.

Atualmente para casos de pedofilia na *internet*, os provedores de acesso removem o conteúdo das páginas denunciadas e não fica claro o que é feito com o infrator, precisamos de uma *internet* que garanta essa transparência. (ASSANGE et al., 2013, p. 53).

Uma vez compreendido o caráter dual da *internet*, o conceito de protocolos, e as teorias mais importantes acerca dos movimentos sociais, já temos o arcabouço teórico necessário para adentrar numa discussão sobre o conceito de sociedade em rede, este conceito é muito importante para esta pesquisa pois a partir do mesmo será possível unir todos os conceitos discutidos até agora.

2.5 A SOCIEDADE EM REDE

Em um contexto de profundas mudanças nas relações sociais e meios de interação da sociedade promovidos pelo avanço da tecnologia da informação, e em meio a diversas questões

²¹ Programas de computador gratuitos e com seu código fonte abertos, possibilitando a qualquer um alterar, reproduzir, e utilizar o programa.

complicadas de um mundo cada vez mais conectado e globalizado, tais como o aprofundamento da fragmentação social, os conflitos pautados em questões étnicas e de fundamentalismo religioso, e uma ampliação das desigualdades sociais, se fez necessário que a sociedade criasse novas formas de organização e de repertórios para explicitar suas demandas e dar uma nova tônica a sua participação frente ao Estado e suas instituições.

Conforme explica Castells (1999, p.35, *apud*, SANCHES, 2016, p. 46), no século XXI as sociedades passaram a se desenvolver com base num sistema informacional que gera e processa muita informação e a transforma em conhecimento, este modo de desenvolvimento que o autor chama de “revolução informacional global”, ocorre de maneira distinta entre os países, uma vez que é importante considerar as particularidades culturais, históricas e sociais de cada país, desta maneira pode-se considerar que estas especificidades são fundamentais para o conceito de sociedade em rede, que aborda diretamente a constituição da identidade de sujeitos enquanto partícipe de uma cultura global de rede. Este conceito será apresentado neste capítulo.

A era da revolução da informação é caracterizada por uma lógica de inovação constante onde a tecnologia se utiliza da informação como matéria-prima, ou seja, ela atua sobre a informação, e seus efeitos e sistemas conseguem penetrar todos os processos e dimensões de nossa vida, esta penetrabilidade se deve ao fato de que a comunicação é parte inerente de toda atividade humana, logo, a tecnologia tende a moldar e a redefinir nossos processos individuais e coletivos. A lógica de formação das redes, no caso a inter-relação dentre as muitas redes existentes e as suas tecnologias, se referem a redes de informações flexíveis que podem ser sempre reconfiguradas e alteradas para se adaptarem e se reorganizarem em qualquer contexto, desta forma, esta tecnologia é fortemente marcada pela convergência, ou seja, as redes podem convergir entre si já que fazem parte de um sistema altamente integrado. Estas características destes sistemas informacionais marcam o paradigma da tecnologia da informação.

Após a compreensão do paradigma da tecnologia da informação e da noção de revolução informacional global proposta pelo autor, podemos adentrar na dimensão social desta revolução, para isto é importante frisar que nesta dimensão não há muita diferença entre o real e o virtual visto que a influência e convergência entre estas duas dimensões é tão grande, que podemos considera-las como um binômio.

Ao falarmos da dimensão social estamos falando das relações e interações entre os indivíduos e os corpos coletivos, quando trazemos estas relações para a dimensão da *internet* ou para ambientes onde estas relações ocorrem por intermédio de alguma tecnologia, podemos perceber uma grande transformação na dinâmica desta relações pois as redes digitais permitem

múltiplas formas e modelos para a comunicação entre os usuários, e alta capacidade de inclusão de modo a conseguir abarcar praticamente todas expressões e identidades culturais, transformando assim o espaço, o tempo, e as dimensões da vida humana.

A dimensão social desta revolução proposta por Castells leva em consideração o espaço e o tempo já que estas são dimensões indissociáveis da vida humana. Ao falar sobre o tempo, Castells explica que as relações estabelecidas nas redes são atemporais e baseadas na instantaneidade dos fatos, logo, nesta lógica a sociedade conectada em rede dispensa a utilização tempo pois o mesmo torna-se indiferente pois tem duplo caráter, é instantâneo e é eterno.

O tempo se comprime e se torna fator definido por um clique, pela velocidade de tráfego em conexões de fibra ótica ou ainda pelo rápido processamento de uma transação financeira na rede. (CASTELLS, 2007, p. 556, *apud* SANCHES, 2016, p. 54). Castells explica que o espaço e o tempo, sendo este respectivamente de fluxos definidos e atemporal, são as bases fundamentais de uma nova cultura transcendente que é alimentada pela diversidade de todos os sistemas de representação que existem e que já existiram, é neste ponto que existe a intersecção entre o real e o virtual, pois o autor se utiliza da noção das dimensões do tempo e do espaço como substrato e fator de coesão social, onde ao negar a sociologia clássica, que prega o conceito de espaço social que lida com as práticas e interações sociais no decorrer do tempo, e identificando assim o espaço como dimensão social, o autor entende que o tempo é organizado pelo espaço, ou seja, em uma sociedade em rede o espaço é virtual e não físico e as práticas sociais nesta dimensão já não precisam de um espaço físico pois ocorrem em um espaço de fluxos. (CASTELLS, 2007, p. 462, *apud* SANCHES, 2016, p. 51).

Para melhor compreensão do conceito de espaço de fluxos proposto por Castells, é importante analisar as suas três dimensões, a camada de suportes materiais, os nós das redes, e a dimensão organizacional das elites gerenciais, de acordo com Castells, a tecnologia da informação se refere a camada de suporte materiais, e esta dimensão é responsável por organizar e permitir a circulação simultânea de informações, tal camada reinterpreta e absorve a noção de “espaço” uma vez que a mesma provê a circulação e o tráfego de informações entre as redes. A segunda camada é a dos pontos de acesso (nós), esta camada contém o que Castells chama de “centros de comunicação”, que é a parte desta dimensão responsável pelas funções estratégicas, esta camada pode ser entendida como os lugares onde as diversas redes (nós) se interligam e interagem entre si a partir de características sociais, físicas e funcionais bem definidas, é neste momento que as funções estratégicas coordenam a interação entre os usuários. Por fim a terceira camada é referente a dimensão onde ocorre a organização espacial

das elites dominantes, é nesta camada que é gerenciado, definido, e articulado o espaço de fluxo. Considerando que a organização social se dá através das práticas e interesses dominantes de cada sociedade e grupo, Castells considera que o espaço de fluxos é o fator social determinante, uma vez que este espaço provê as condições e ferramentas necessárias para que os interesses dominantes sejam reforçados e compartilhados. (CASTELLS, 2007, p. 501 *apud* SANCHES, 2016, p. 51:53). O ponto importante nesta característica da terceira camada (organização espacial das elites dominantes), é o fato de que mesmo sendo uma dimensão para garantir a hegemonia das elites dominantes, grupos marginalizados conseguem nascer em meio a este sistema de dominação, estes grupos são grupos de resistência que lutam e se manifestam pelo reconhecimento de suas identidades, ou conforme diz Castells, suas manifestações são denominadas pela: “exclusão dos que excluem pelos excluídos” (2003, p. 07), sendo esta então a dinâmica das relações em uma sociedade em rede pautada pelos diversos conflitos entre os grupos e elementos que a compõem.

Castells (2013, p. 157 *apud* SANCHES, 2016, p.59) ao analisar os movimentos sociais em rede nos mostra que a utilização da *internet* por estes movimentos, representa um mecanismo de emancipação da lógica de dominação uma vez que é através da *internet* que estes movimentos se organizam, constroem as suas lutas e demandas, e formam novos grupos, produzindo e distribuindo assim seus códigos culturais.

Após compreendermos as dimensões e os paradigmas referentes ao conceito de sociedade em rede, podemos dizer que a sociedade em rede é um sistema de sociabilidade que coexiste entre as dimensões do real e do virtual e que é atemporal, ou seja, a sociedade em rede representa os processos e os mecanismos de sociabilidade de uma era marcada pela informação.

O próximo capítulo desta pesquisa é dedicado à análise dos dados obtidos no perfil do *Twitter* dos movimentos sociais analisados, onde além de serem apresentados os *insights* obtidos, foi feita uma análise mais profunda destes movimentos resgatando as teorias já discutidas neste trabalho e estabelecendo uma relação entre importantes levantes do século XXI para a teoria da sociedade em rede, seus resultados, e a importância da *internet* em todo o processo.

3 INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA

Pensar os movimentos sociais e como os mesmos atuam e lidam diretamente com a *internet*, implica em compreendermos as motivações e os gatilhos que criam as condições para o nascimento de novos movimentos, ou a criação de grandes mobilizações que as justificam, portanto, neste capítulo apresentarei um debate sobre quais seriam as motivações que justificam as mobilizações destes movimentos em uma sociedade em rede, e como essas manifestações que nascem e são ampliadas através da utilização da *internet* podem ser importantes ferramentas no processo de aprofundamento das democracias ao mesmo tempo que elas podem ser problemáticas ao possibilitarem a produção da pós-verdade, ou seja, das *fake news*.

3.1 REDES DE ESPERANÇA

Considerando que os movimentos sociais na contemporaneidade lidam, assim os demais atores sociais, com os mecanismos de sociabilidade e comunicação da sociedade em rede, se tornam clara a necessidade de compreendermos quais são as principais motivações para a formação destes movimentos, e para a formação de grandes mobilizações no contexto analisado. Para empreender tal análise é importante considerarmos primeiramente que a *internet* representa um novo modelo de ordem comunicacional distinto de modelos tradicionais onde a comunicação não era multicanal, e se propagava de forma verticalizada e de forma mais controlada, destarte, a *internet* possibilita que a comunicação entre os mais diversos corpos coletivos ocorra de forma horizontal e com alcance de muitos-para-muitos, resultando assim em novos meios para mobilização e formação de novos grupos.

Para Castells (2013, p. 157) a *internet*, ao ser apropriada como espaço e utilizada por estes movimentos como uma ferramenta de organização, mais precisamente como parte de seus repertórios e como espaço para construção de novas identidades coletivas, representa para os movimentos um instrumento de emancipação e de contestação das relações verticais entre a sociedade civil e o Estado, pois os espaços providos pela *internet* se apresentam como espaços livres e distantes do poder de coerção e controle do Estado. Sabemos, conforme já foi discutido no capítulo dois deste trabalho, que a *internet* não é um espaço livre de controle do Estado e ausente das lógicas do mercado, desta maneira constatamos que embora a *internet* ofereça um nível um pouco diferenciado de anonimato na construção destes espaços de mobilização e no

compartilhamento de informações, fica claro que a sua relação com a dimensão da política é problemática quando analisamos esta relação sob a ótica da privacidade, ou seja, os movimentos sociais que atuam principalmente nesta dimensão tem a sua privacidade violada por atores públicos e privados que exercem seu poder sobre a rede.

Ao analisar de forma profunda os movimentos surgidos a partir de 2010, Castells (2013, p. 159) mostra que estes movimentos sociais têm como características comuns, um grande desprezo pela classe política, e uma alta desilusão acerca dos rumos em que as sociedades contemporâneas, com o capitalismo como meio de produção, estão tomando. Em outras palavras estes corpos coletivos desiludidos não enxergam um futuro possível e interessante para eles, o que os deixa com uma grande sensação de desamparo, e sem perspectivas de desenvolvimento individual e coletivo. Embora estes sejam fatores para caracterizarmos estes movimentos, o autor explica que tais fatores são insuficientes para explicar o seu nascimento, as suas motivações, e a formação de suas redes.

Para explicar a formação destes grupos, Castells diz que é fundamental que haja um forte aparato emocional estimulado pela indignação com questões como a injustiça social, ou seja, o autor defende que estes movimentos se mobilizam em grande escala através de uma grande rede de solidariedade alimentada pela indignação, onde os indivíduos que formam o corpo coletivo partilham de um sentimento de indignação, e através de uma rede cada vez maior, vai tomando forma e se organizando o corpo coletivo até que possam agir a fim de lutar por mudanças sociais. O ponto fundamental para compreender como sentimentos como a raiva e a indignação são fatores de motivação para estes movimentos, se norteia através da teoria da inteligência afetiva, que mostra que a raiva direciona os indivíduos para a ação, enquanto o medo os direciona para a inibição. A raiva neste contexto tende a crescer de acordo com a percepção cada vez mais clara das injustiças, e os indivíduos tendem a deixarem o medo de lado e apostarem na ação na medida em que estes se identificam e compartilham do mesmo sentimento com outros, formando assim um círculo onde se compartilham sentimentos e se aprofunda o reconhecimento num processo de ação comunicativa que, ao ser iniciado se amplia de forma gradual e fortalece a mobilização a partir do entusiasmo e da solidariedade dos indivíduos que compõem o movimento, formando assim um corpo coletivo consciente. (CASTELLS, 2013, p. 158).

As redes possibilitam o compartilhamento de informações e a troca de mensagens de forma rápida e em larga escala e embora a *internet* não seja a causa direta para o nascimento de movimentos sociais no atual contexto, a mesma possui a característica fundamental para a formação destes movimentos, conforme supracitado, a comunicação promovida através da

internet possibilita a formação de grupos e a contestação das desigualdades e injustiças, pois sem a comunicação não haveria como contestar e criar grupos em torno de questões relevantes e de interesse. (CASTELLS, 2013, p. 166).

Dentre os movimentos sociais analisados neste trabalho, o MBL é o que mais se enquadra nas teorias propostas por Castells, isso se deve ao fato de o MBL ter grande presença nas redes sociais e ter nascido na dimensão das redes para então, tomar forma física, ocupando os espaços urbanos e penetrando na dimensão do Estado. É importante notar que o debate da sociedade em rede e sobre a formação de redes de indignação e esperança possuem base na teoria dos movimentos sociais quando a mesma lida diretamente com a questão dos novíssimos movimentos sociais, conforme já discutido em capítulos anteriores, e embora estes movimentos sejam caracterizados por diversos autores através de sua autonomia, horizontalidade, apartidarismo, e seus objetivos específicos, não podemos dizer que estas são características fixas e comuns a todo movimento social nascido na *internet*, o que se mostra como característica comum entre todos estes movimentos é o fato deles se desenvolverem e se organizarem através das redes sociais e fazerem uso desta como parte de seus repertórios, portanto, embora o MBL esteja atualmente inserido na dimensão política, seja apoiando candidatos, seja elegendo seus representantes, e mesmo este movimento ter em sua constituição fortes figuras de liderança, eles podem sim ser apresentados como um novíssimo movimento social.

É importante notar que estes movimentos que nascem na dimensão das redes sociais ganham reconhecimento quando a partir destas redes, se manifestam nos espaços urbanos, mostrando assim a intersecção entre o virtual e o real.

A teoria da sociedade em rede, também pode ser utilizada quando analisamos movimentos sociais tradicionais como o MST, o ponto de análise neste trabalho é o contexto, é o fato de que a contemporaneidade está profundamente marcada pela forte presença das redes digitais em todos os campos de nossa vida, influenciando inclusive os movimentos mais tradicionais e anteriores a era da informação, esta constatação está em harmonia com a hipótese de que a *internet* possibilita não só a criação de novos movimentos sociais, mas também impulsiona novas mobilizações e levantes, portanto, analisar o MST sob a perspectiva das redes sociais nos permite entender melhor o espaço promovido pela *internet*, além do seu uso como repertório e impulsionador de questões relevantes.

Enquadrar os movimentos sociais analisados em uma das teorias debatidas neste trabalho é um pouco complicado pois os movimentos sociais muitas vezes possuem características divergentes entre as teorias analisadas, conforme foi citado neste capítulo que o

MBL se enquadra em partes como um *novíssimo movimento social*, podemos dizer que o MST se enquadra na *teoria do confronto político*, porém levando em conta as questões analisadas neste trabalho para a ótica do confronto, ambos os movimentos podem ser explicados e compreendidos pela teoria proposta por McAdam, Tarrow e Tilly (1996), sendo a TCP possivelmente o referencial teórico mais aceito para se explicar movimentos sociais.

A produção de movimentos sociais e a atuação dos mesmos através das redes digitais é um fenômeno que pode ser visto como um importante marco no aprofundamento dos preceitos da democracia, com potencial de serem assim o embrião de uma quarta onda democrática ao mesmo tempo que lida e pode produzir problemas sérios nas sociedades, uma vez que a *internet*, conforme discutido nesta pesquisa, tem um caráter dual e ainda é um espaço nebuloso de relações entre atores públicos e privados que exercem seu poder controlando os acessos e fluxos de informações.

As três próximas sessões deste capítulo são dedicadas a mostrar exemplos de como a relação entre a *internet* e os movimentos sociais pode contribuir para o desenvolvimento das sociedades e para o aprofundamento e fortalecimento das democracias ao mesmo tempo que pode ter como resultado uma ampliação da opressão, do poder coercitivo do Estado, e do aumento do controle, para isso mobilizo inicialmente os fatos ocorridos em 2010 na Tunísia que resultaram na *Primavera Árabe*, para então nas demais sessões, apresentar as problematizações necessárias acerca do tema.

3.2 A PRIMAVERA ÁRABE

Conhecida como a *Primavera Árabe*, os levantes ocorridos no oriente médio em 2010 se referem a um fenômeno social muito estudado até os dias de hoje. É fundamental, ainda que de forma breve, compreender o que deu início à primavera árabe, o contexto em que ocorreu, os repertórios utilizados, e o papel das redes sociais nos levantes e ações dos corpos coletivos.

Pode-se dizer que a *Primavera Árabe* teve o seu início na Tunísia, na cidade de *Sidi Bouzid*. No ano de 2010 um fato ocorrido nesta cidade marcou para sempre o mundo e deu início a um dos maiores, senão o maior, levante do século XXI. O fato se refere a autoimolação de Mohamed Bouazizi, um vendedor ambulante de 26 anos de idade que já cansado de ter suas mercadorias (uma banca de frutas e verduras) apreendidas pela polícia local por se recusar a pagar propina, resolve se sacrificar ateando fogo contra o seu corpo em frente a sede do governo

local que havia se recusado a recebe-lo e a devolver as suas mercadorias, Mohamed teve 90% do seu corpo queimado e veio a óbito no dia 5 de janeiro de 2011. (BBC, 2011).

A ação de Mohamed foi filmada e compartilhada nas redes sociais pelo seu primo Ali, no decorrer do tempo, quanto mais o vídeo era compartilhado, mais forte e maior se tornava a revolta das pessoas na Tunísia, gerando todo um movimento de inspiração e solidariedade, e tendo como o estopim, o dia em que Mohamed faleceu. A partir do falecimento de Mohamed, começaram a ocorrer quase como de forma incontrolável diversos levantes e manifestações em diversas partes da Tunísia, no final, estas manifestações seriam concentradas na capital do país para então desembocar em eventos que seriam acompanhados em todo o mundo. (CASTELLS, 2013, p. 07).

Sob inspiração da onda de protestos surgida na Tunísia, pelo menos em mais 16 países começaram ocorrer levantes, são eles: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Emirados Árabes, Egito, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbia, Líbano, Marrocos, Omã, Síria, Sudão e Territórios Palestinos. O contexto em que ocorreu a *Primavera Árabe* pode ser compreendido através da análise das demandas comuns entre os manifestantes dos países onde ocorreram estes levantes, as demandas mais comuns se referiam a forte taxa de desemprego, o crescente aumento da pobreza unida ao aumento excessivo nos preços dos alimentos, a corrupção, e os abusos de poder dos governantes. (BRANCOLI, 2013, p. 36:38, *apud* SANCHES, 2016, p. 9).

Como *repertórios* os manifestantes utilizaram a resistência civil, as greves, a tomada de espaços públicos (praças), manifestações, e autoimolações, pressionando assim o governo e criando uma onda revolucionária.

As redes sociais foram extremamente importantes para a organização das manifestações e para, principalmente, tornar público as ações dos grupos de modo a inspirar outros movimentos e levar cada vez mais pessoas para as ruas, em outras palavras, a *internet* possibilitou que estes eventos se tornassem eventos em rede, e autores como Nahabhay e Farmanfarmaian (2011), e Dahdal (2012), defendem que a expansão das manifestações por diversos países se deve ao uso de redes sociais que tiveram o seu poder de alcance ampliados pela mídia de massa, que compartilhou e noticiou em *real-time* os acontecimentos da época, criando assim todo um mecanismo de troca de informações em rede. (*apud* SANCHES, 2016, p. 9).

A *Primavera Árabe* abriu porta para a criação de diversos novos movimentos com repertórios diferenciados ao redor do globo, como por exemplo, os movimentos que enxergam nas ocupações dos espaços públicos uma forma de fazer valer suas demandas, estes movimentos são chamados de *Occupy*. Não faz parte do objetivo deste trabalho se aprofundar

no conceito de um movimento do tipo *occupy*, desta maneira explico brevemente que estes movimentos são altamente ativos na *internet* e que seu principal repertório, conforme supracitado, é a tomada e ocupação de espaços públicos a fim de contestar as elites e os atores políticos. (SANCHES, 2016, p. 9).

Feita esta breve explicação acerca da *Primavera Árabe*, será discutido na próxima sessão os problemas que uma sociedade em rede pode enfrentar.

3.3 APROFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO: A QUARTA ONDA DA DEMOCRACIA?

Analisar a democracia como um modelo de governo ideal, se pautando pelas suas principais características, e determinando os fatores e regras que permitem apresentá-la como legítima, implica na compreensão de teorias importantes acerca desta temática, desta forma destaco nesta sessão as teorias desenvolvidas por Joseph Schumpeter e Robert A. Dahl devido a importância destes autores para a teoria política contemporânea.

No livro "Capitalismo, Socialismo e Democracia", Schumpeter disserta sobre a democracia pela perspectiva do "elitismo democrático", o autor define que a política nada mais é do que pura competição entre grupos que desejam e podem exercer o poder, estes grupos são compostos pelas elites e as mesmas são uma condição para a democracia nesta teoria. Schumpeter defende que a democracia é um método de escolha política de representantes, ou seja, a escolha daqueles que efetivamente exercem o poder.

A teoria de Schumpeter define os indivíduos como o fator de ordem mais importante para o regime democrático e não o corpo coletivo, esta leitura se deve pois segundo o autor, o coletivo não possui uma personalidade única logo não pode ser representado politicamente, portanto, o exercício do voto produz como resultado a representação legítima dos indivíduos, pois os mesmos juntos são o resultado da soma de todas as suas personalidades diluídas no processo de escolha dos representantes, em outras palavras, a unidade racional é o resultado da soma das vontades dos indivíduos, e segundo Schumpeter, o método democrático é um sistema institucional para a tomada de decisões políticas no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor. (1961, p. 321).

Schumpeter compreende a democracia como a concorrência livre pelo voto livre através de um sistema eleitoral, ou seja, nas democracias a função do eleitor é formar o governo ou dissolver o mesmo. Schumpeter também chama a atenção para a noção de vontade da

maioria, onde demonstra que a mesma é diferente da vontade do povo, pois o princípio democrático pela teoria Schumpeteriana mostra que aquele quem tem a maioria de votos deverá liderar, sendo a "verdadeira função do voto, a aceitação da liderança", pois nas democracias a função do eleitor é apenas a de formar o governo. (1961, p. 325).

Na obra "Poliarquia, Participação e Oposição" de Robert A. Dahl, o autor desenvolve a sua teoria acerca da temática da democracia através do conceito de "poliarquia", onde o mesmo se refere ao estágio mais avançado de uma democracia ideal, ou seja, as sociedades que possuem em seu regime as características básicas para se definir uma democracia ideal, sob a ótica da teoria de Dahl, passam a ser definidas como "poliarquia". O autor através da análise de sociedades tidas como democráticas, definiu dois fatores que necessariamente precisam estar presentes em regimes democráticos para que os mesmos sejam considerados como uma poliarquia, são eles a inclusão (participação) e a liberalização (contestação), onde a participação pode ser definida como a extensão da participação política da sociedade, e a contestação se refere à existência de disputas pelo poder.

Dahl define como uma poliarquia o modelo de governo onde estão asseguradas a ampla participação dos cidadãos (exclusividade), e ao mesmo tempo a liberalização (contestação pública), é característica chave nesta teoria o fato de que estas democracias precisam ser responsáveis, ou seja, devem responder as demandas da sociedade.

O Estado tem a obrigação de responder as demandas da sociedade, sendo então publicamente responsável, desta forma a democracia pode ser definida como a "contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais." (1997, p. 25), para além disso o autor estabelece três condições necessárias para considerar um regime como democrático: o direito a formulação de preferências políticas pelos indivíduos, o acesso a ação individual ou coletiva para a expressão de suas preferências, e a garantia de que as preferências dos indivíduos sejam igualmente consideradas pelo governo. (1997, p. 27).

Dahl através de sua teoria sobre a criação e a estabilidade de regimes democráticos, demonstra que além da garantia da participação e da contestação é necessário que o governo esteja aberto para jogar o jogo político com a oposição, desta forma a poliarquia pode ser vista como um sistema que assegura a ampla participação e a contestação pública além de permitir um equilíbrio entre os atores políticos, somente desta forma um regime democrático pode se estabilizar e se manter.

A teoria proposta por Dahl possui uma grande ênfase na participação dos indivíduos na dimensão da política, deixando evidente a importância da participação da sociedade civil na

construção de sociedades mais justas e que promovam valores mais próximos de um ideal de igualdade e liberdade, fundamentais para a manutenção da democracia e para a diminuição das desigualdades sociais.

Huntington (1994) em sua obra “A Terceira Onda – A democratização no final do século XX”, faz uma análise crítica acerca dos processos de democratização, o autor denomina estes processos como “ondas”, e estas ondas se referem ao eventos ocorridos em trinta países entre os anos de 1974 e 1990 que foram analisados pelo autor. É importante mobilizar a teoria de Huntington acerca das ondas democráticas pois autores como Philip Howard e Muzammil Hussain (2013), ao analisarem os levantes ocorridos a partir de 2010 e a sua relação com as redes sociais, criaram uma teoria sobre uma possível quarta onda da democracia, ou pelo menos, sobre o formato que teria esta onda e quais seriam as condições necessárias para a ocorrência dela, destarte, nesta sessão pretendo fazer uma breve análise sobre os resultados positivos da *Primavera Árabe* a fim de destacar o importante papel que a *internet* teve na organização de grupos e nos resultados de tais mobilizações. Segundo Huntington, já houveram a ocorrência de três ondas de democratização e devido a não linearidade da história, estas ondas não ocorreram da mesma forma e ao mesmo tempo nos países que se tornaram democracias, vale dizer também que após uma onda de democratização uma nação pode sofrer com uma onda reversa e acabar entrando em um regime autoritário. (Huntington, 1994, p. 23).

A primeira onda compreende o período entre 1828 e 1926 e a sua origem ocorreu nas revoluções Francesa e Americana, esta onda foi marcada pela gradual ampliação do sufrágio e por uma maior responsabilização dos governantes perante a sociedade. A primeira onda reversa ocorreu entre a década de 1920 e 1930 e foi caracterizada pela ascensão de governos totalitários como por exemplo, os governos da Itália e da Alemanha na época. (Huntington, 1994, p. 26).

A segunda onda ocorreu no período final da segunda guerra mundial e se consolidou entre os anos de 1943 e 1962, esta onda foi marcada pelo forte retorno de países para o regime democrático e pela inclusão e consolidação de instituições democráticas nos países que compunham o eixo do mal, a onda reversa deste período teve início na década de 1960, esta onda ocorreu em grande parte da América Latina, onde países como o Brasil e o Chile sofreram golpes militares e entraram em um regime ditatorial. (Huntington, 1994, p. 26).

Por fim a terceira onda de democratização apresentada pelo autor teve início em 1974 e foi impulsionada pela “revolução dos cravos”, iniciando processos democratizantes em diversos países da América Latina, central, no continente asiático e, de forma limitada, no continente africano. (Huntington, 1994, p. 28).

Em sua obra, Huntington não apresenta uma onda reversa para a terceira onda de

democratização, desta forma seria correto afirmar que o atual enfraquecimento de regimes democráticos e de suas instituições, e o crescimento da presença de grupos extremistas que flertam com regime militares que atualmente estão ganhando espaço na política, representam um movimento que pode se caracterizar como o início de uma onda reversa para a terceira onda proposta por Huntington? Esta pesquisa, não pretende responder esta questão, mas apenas para que seja possível concluir o argumento acerca dos levantes ocorridos a partir do ano de 2010, a fim de traçar a relação dos mesmos com a possibilidade da ocorrência de uma quarta onda, optei por considerar que os processos democratizantes e suas ondas reversas não são lineares, ou seja, ocorrem de forma e em tempos diferenciados nos países, além disso, estas ondas podem ocorrer de forma simultânea, com uma onda sobrepondo a outra, sendo assim, consideramos que a iminência de uma quarta onda democratizante há de vir acompanhada de ferramentas e mecanismos digitais, permitindo a organização de grupos e trazendo para os indivíduos as condições de lutarem pelos seus direitos para fortalecerem ou instituírem uma democracia ou o seu aprofundamento.

Os processos discutidos na sessão anterior acerca da *Primavera Árabe* mostram como a *internet* pode ser uma importante ferramenta para o aprofundamento da democracia e para a organização política dos indivíduos. Podemos notar que as redes digitais fortalecem a noção de participação no momento que possibilita a criação de corpos coletivos sociais que emergem para os espaços físicos, tomando-os e fazendo valer sua voz frente as instituições do Estado.

Diversas iniciativas nascidas nas redes sociais podem contribuir para o aprofundamento democrático e para a criação de cidadãos mais participativos, tais como as petições *online*, que são importantes pois possuem o papel de tornar público e de dar visibilidade para questões relevantes para a sociedade.

A participação dos indivíduos em questões políticas através das petições *online* se torna mais forte devido os incentivos gerados pelos resultados de outras petições, pois uma vez que os indivíduos percebem que a sua voz é ouvida através de certos canais, isso se torna mais um motivo para que os mesmos atuem em prol de determinada demanda, conforme explica Gomes (2005 p. 61), quando os indivíduos percebem que suas intervenções nas questões políticas podem fazer a diferença, eles se sentem compelidos a produzir intervenções de forma mais qualificada e constante.

A participação *online* também pode ser vista como um fator que condensa valores como a solidariedade, e a criação de identidades coletivas, uma vez que os indivíduos que se mobilizam através das redes são engajados e com a troca de informações e o debate, conseguem se organizar melhor. Outra vantagem do uso das redes sociais na dimensão da política é que a

partir destas redes, é possível denunciar os abusos e a violência do Estado conforme ocorreu nas jornadas de junho no Brasil em 2013, pois a disseminação de informações ocorreu de forma muito rápida durante as manifestações ocorridas no Brasil e isso serviu para denunciar a violência da policia e para tornar pública a parcialidade da mídia tradicional.

Os resultados positivos da *Primavera Árabe* se referem aos eventos ocorridos após os levantes, principalmente na Tunísia e no Egito pois em ambos os países o processo revolucionário conseguiu derrubar seus ditadores, Ben Ali (que estava a 23 anos no poder) e Hosni Mubarak (que estava a 30 anos no poder) respectivamente, permitindo a entrada destes países num processo de democratização. A Tunísia avançou bastante neste processo de democratização, tanto que a sociedade civil deste país recebeu em 2015 um prêmio Nobel devido a sua decisiva atuação na construção de uma democracia, as organizações civis do país formaram o Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano, onde estavam presentes as seguintes organizações da sociedade civil: União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT), União Tunisiana da Indústria, Comércio e Artesanato, Liga Tunisiana dos Direitos Humanos, e a Ordem dos Advogados da Tunísia (EL PAIS, 2017).

Analisar criticamente a *Primavera Árabe* e verificar que a organização e mobilização dos indivíduos feitas a partir da *internet*, nos permite ver como a tecnologia da informação pode contribuir positivamente para mudanças no *status quo*, além de incentivar cada vez mais os indivíduos a participarem e a fazerem parte de uma grande rede de mobilizações, desta forma podemos afirmar que a *internet* configura uma importante ferramenta para a promoção de lutas pela democracia devido ao seu poder de criar grupos e redes.

Tratados alguns aspectos positivos da *internet* como ferramenta de mobilização, apresentamos na próxima sessão alguns problemas advindos da *internet* quando a mesma se relaciona diretamente com a política.

3.4 A INTERNET E A PRODUÇÃO DA PÓS-VERDADE

O compartilhamento rápido de mensagens, informações, notícias, e a facilidade na expressão de ideias e opiniões na rede podem favorecer a formação de grupos que promovam e propaguem *fake news*, tornando assim cada vez mais comum em nossa sociedade, a presença de pós-verdades que podem direcionar as ações dos indivíduos, e trazer prejuízos para a democracia.

Escolhida como a palavra que mais despertou interesse 2016 pelo *Oxford Dictionary*, “pós-verdade” (*post-truth*) foi definida pela mesma instituição como algo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos tem menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. (OXFORD, 2016).

O termo pós-verdade ficou mais conhecido em 2016 devido a campanha e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais norte americanas, isso se deve ao fato da campanha de Trump ter sido feita quase que totalmente na *internet*, e através dela ter promovido e produzido diversas informações falsas (*fake news*), como resultado o candidato trouxe para si grande parte do eleitorado. (CARVALHO; EL-JAICK, 2018, p. 03).

Diversos autores vão se dedicar a explicar como e porque as pessoas produzem informações, e o que as leva a acreditarem em questões que se baseiam em pós-verdades, não faz parte dos objetivos deste trabalho explicar estas questões, o objetivo desta sessão é o de apresentar os problemas que a uma sociedade pode enfrentar quando é vítima de movimentos que propagam *fake news*, além de questões problemáticas acerca do uso da internet como ferramenta de organização e mobilização.

Segundo Quadros (2018, p. 204), a pós-verdade se distribui pelos espaços, principalmente pelo espaço virtual como um meio de criar nele bolhas e comunidades de ódio que reforçam cada vez mais um sentimento de apatia em quem consome estas informações, a sua propagação na rede é beneficiada pela facilidade provida pela tecnologia na replicação e compartilhamento de informações. É interessante notar que de certa forma a *internet* facilita a produção da pós-verdade uma vez que a mesma cria o ambiente e garante as condições ideais para isso, pois quando uma informação ou notícia é acessada via *internet*, a sua propagação ocorre de forma rápida e simples, e quanto mais compartilhada é uma notícia, mais ela pode ser considerada como verdadeira e legítima, criando um movimento onde cada vez mais pessoas acreditam na notícia e conseqüentemente a compartilha. Levando em consideração que as redes sociais dos indivíduos geralmente são compostas por outros indivíduos que pensam de forma semelhante e defendem valores morais parecidos, fica muito mais fácil criar grupos que se apoiem em notícias e informações falsas, além disso os algoritmos utilizados em redes sociais são escritos de modo a colocarem os indivíduos sempre em contato com os temas que eles mais se interessam, acham relevantes, e que corroboram com suas visões de mundo, criando assim um mecanismo que só reforça a criação destas comunidades virtuais.

A produção de *fake news* causam diversos problemas sociais, iniciativas como a dos movimentos de pessoas que rejeitam as vacinas, ou que apostam em projetos como o da “escola

sem partido”²², embasam suas decisões sob o viés da moral ao invés de seu pautarem pela ciência ou a partir de um raciocínio crítico acerca do tema abordado, logicamente a noção de moral é divergente em diversos aspectos para os indivíduos mas não sugerimos aqui um abandono da moral individual de cada pessoa, defendemos que questões que interfiram e modifiquem a vida dos indivíduos na sociedade não sejam norteadas por questões moralistas, e sim através de debates e deliberação.

As eleições sofrem influência das *fake news*, onde estas informações falsas são utilizadas para desestabilizar candidatos, garantir votos e apoio, e para sujar a imagem de pessoas e grupos, nesta onda das *fake news* que se tornou algo muito presente no Brasil após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018, alguns movimentos sociais conseguiram crescer e obter apoio do Estado, desta forma estes movimentos conseguiram criar uma grande rede de influência com muitos apoiadores, como exemplo de movimento que se utiliza das *fake news* como repertório podemos destacar o MBL que é conhecido pela sua forte presença *online* e por propagar toda sorte de notícias falsas através de suas redes e perfis.

Em julho de 2018 o *Facebook* desativou²³ 196 páginas e 87 contas de sua rede social pelo fato de as mesmas formarem uma rede de conteúdos sensacionalistas de cunho político, com quase meio milhão de apoiadores, segundo fontes sigilosas, os perfis eram administrados por membros do MBL. Em maio de 2019, representantes do MBL no Rio de Janeiro pediram desculpas por espalharem *fake news* através do perfil *online* oficial do movimento para os Deputados Federais Marcelo Freixo e Davi Miranda, ambos do PSOL, e vítimas das notícias falsas.

A *internet* pode ser utilizada para influenciar o debate político e as eleições através de *bots* e *fake news*, para além desses pontos é importante reforçar, conforme já discutido no capítulo 2 desta pesquisa, que o Estado e alguns atores privados exercem o seu poder nas redes e possuem grande nível de controle sobre as mesmas, podendo assim identificar e inibir mobilizações antes que elas aconteçam, perseguir e criminalizar lideranças de coletivos e movimentos sociais, e promover uma total quebra da privacidade dos indivíduos, acessando assim os seus dados, preferências, e se utilizando das mesmas para adentrar na dimensão do ciberespaço dos indivíduos.

²² O projeto pode ser acessado através deste link:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2

²³ A notícia pode ser consultada através deste link:

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml>

Discutidos estes pontos negativos das redes, podemos analisar o que houve em alguns países anos depois da ocorrência da *Primavera Árabe*, os levantes de fato conseguiram instaurar democracias em sociedades que viviam a décadas sob regimes autoritários? Houveram mudanças sociais significativas? A maioria dos países que participaram destes eventos revolucionários acabaram não se democratizando, pelo contrário, acabaram sofrendo novos golpes e assim ingressaram em guerras e conflitos fundamentalistas, como é o caso da Síria que adentrou em uma guerra civil que já dura anos, acarretando na morte de mais de 350 mil pessoas, destruindo boa parte do país, e gerando uma crise mundial devido ao alto número de refugiados, outros exemplos que podem ser citados são o da Líbia que após o assassinato do ditador Muamar al Gaddafi, passou por um breve processo de liberdade porém o vácuo no poder permitiu que o país fosse tomado por grupos terroristas e por milícias violentas, o Egito que em 2013 sofreu um golpe militar que deu início a um regime violento e autoritário que já prendeu mais de 60 mil pessoas e tem privado a liberdade dos cidadãos, o que tem impedido quaisquer dissidências, o Marrocos onde houve grande aumento da repressão policial e abafamento de manifestações, a Argélia onde não houveram mudanças a nível de alcançar uma democracia, tampouco alguma abertura na dimensão política visto que o presidente do país já caminha para o seu quinto mandato, e o país não permite candidaturas, o Bahrein que continua marcado por uma forte repressão motivada pelo sectarismo e a constante recusa de diálogo do Estado com os demais grupos sociais e religiosos, e o Iêmen onde os eventos da *Primavera Árabe* desembocaram numa guerra civil, no aprofundamento da miséria e das desigualdades sociais, e em graves problemas de saúde pública. (EL PAIS, 2017).

Logicamente os problemas ocorridos nestes países após os eventos da *Primavera Árabe* não podem ser explicados diretamente através da relação entre a *internet* e os movimentos sociais, o ponto importante é o da percepção de que a *internet* foi fundamental para a organização de grupos da sociedade civil que a utilizaram para promover revoluções que desembocaram em grande parte, em processos democratizantes, porém a mesma não possibilitou uma organização da sociedade civil de tal modo que estes processos fossem mantidos e consolidados, ou ainda que a partir deles ocorressem as mudanças sociais e políticas necessárias, em outras palavras a *internet* foi importante para organizar e criar redes de revolta baseadas na esperança e indignação dos indivíduos, porém neste contexto a *internet* não se configurou como uma ferramenta que pudesse dar continuidade ao processo de transição de um regime autoritário para um regime democrático.

Se utilizar de um processo revolucionário para ampliar e garantir ao mesmo tempo a participação e a contestação pública a fim de se alcançar um regime democrático estável não

seria a abordagem ideal, pois revoluções promovem muita violência e a transição do regime é muito frágil. (DAHL, 1997, p. 31).

3.5 A ANÁLISE DOS DADOS

Através de um algoritmo escrito em R²⁴ e a utilização de uma API²⁵ para *web scrapping*²⁶, foi possível obter os últimos 3200 *Tweets* do perfil do MST e do perfil do MBL, este trabalho utilizou os últimos 3200 *tweets* para a análise devido as limitações e regras sistêmicas sobre o acesso a dados digitais, em outras palavras certos serviços *online* limitam a quantidade de informação que pode ser obtida diariamente.

Com os dados obtidos, a primeira análise corresponde a frequência semanal de postagens dos movimentos sociais analisados no Twitter. O período de tal análise compreende o mês de novembro de 2019:

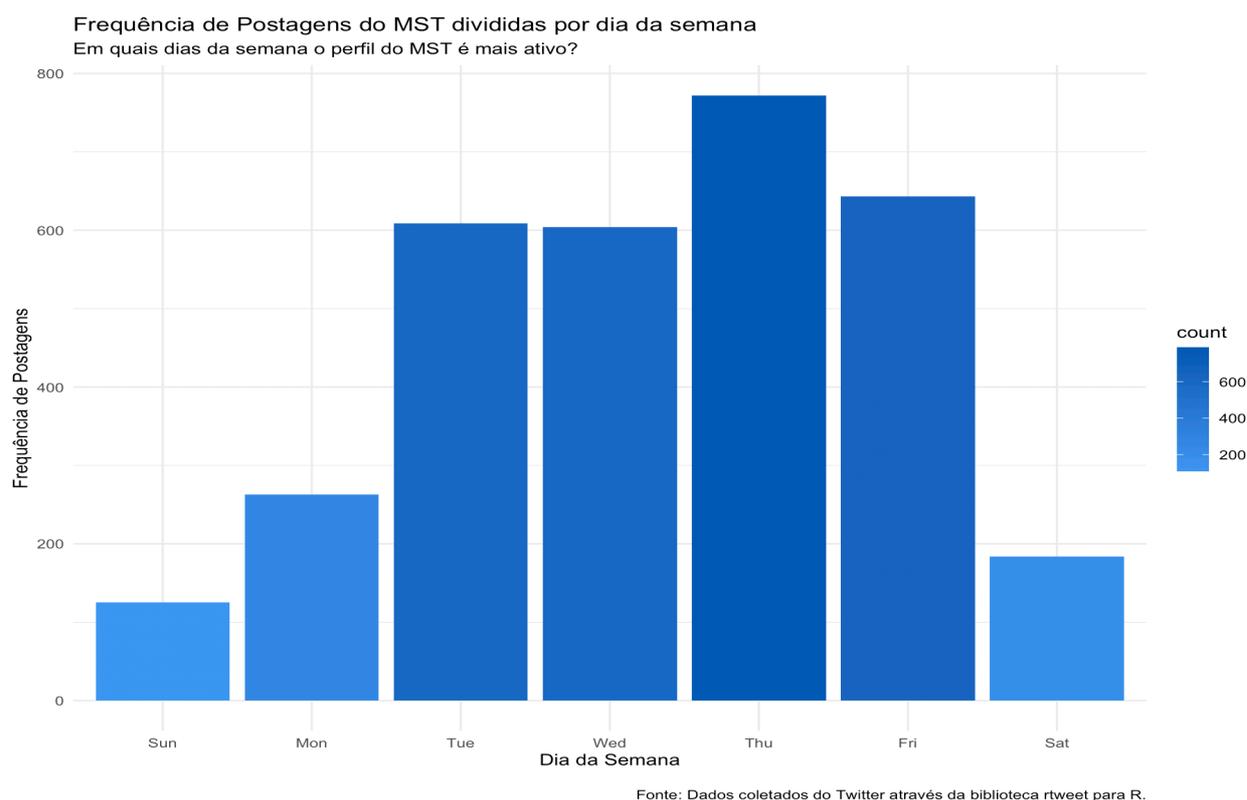


Gráfico 3.1 – Frequência das postagens do MST divididas por dia da semana.

²⁴ O R é uma linguagem de programação direcionada para o uso em análises estatísticas.

²⁵ Uma API se refere a um grupo de procedimentos e rotinas pré-estabelecidas que permitem a comunicação entre sistemas computacionais diferentes.

²⁶ Técnica utilizada para se obter dados da internet de forma rápida e automatizada.

Percebe-se que o perfil do MST é mais ativo entre terças e sextas-feiras, tendo o ponto máximo de suas interações no *Twitter* às quintas-feiras, e tendo muita pouca atividade aos sábados, domingos e segundas-feiras. Tal frequência de atividade está de acordo com as regras que o mercado de *social marketing* utiliza quando se trata de gerar conteúdos nos melhores dias e horários para garantir engajamento. (SPROUT SOCIAL, 2019).

O MST espera que seus posts possam gerar maior engajamento de modo que seja possível um maior apoio as suas causas, por isso o perfil se utiliza das melhores práticas de uso das redes sociais para que eles possam se fortalecer também nesta dimensão.

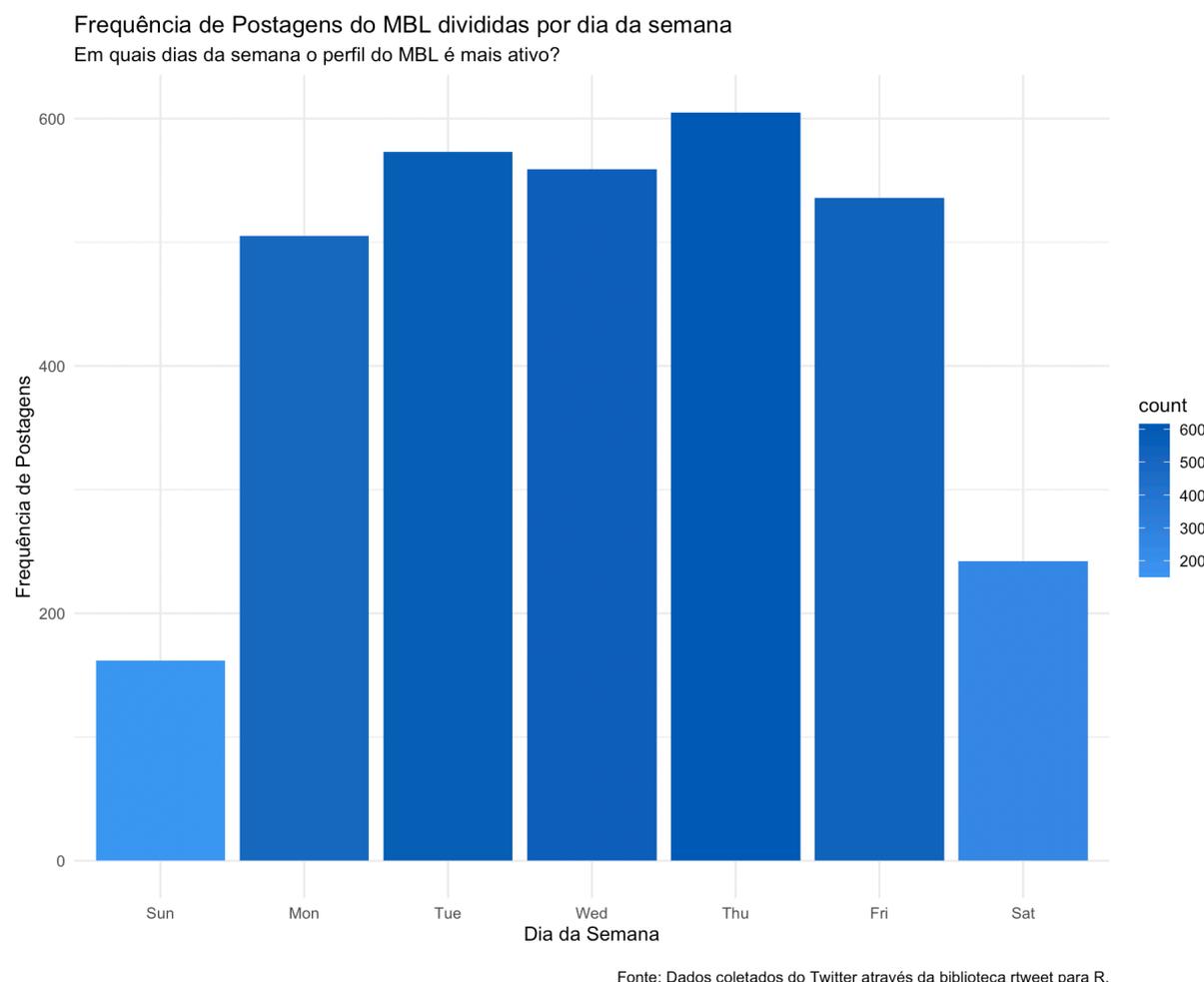


Gráfico 3.2 – Frequência das postagens do MBL divididas por dia da semana.

Diferentemente do MST, o MBL é um movimento social mais ativo nas redes sociais, e a sua produção de conteúdo e expressão de ideias através do *Twitter* é constante durante os dias úteis, somente diminuindo sua frequência nos finais de semana.

Logicamente o MBL se preocupa com o engajamento que suas postagens possam gerar, desta forma eles além de utilizarem a rede social nos dias mais recomendados, eles ampliam o

seu tempo de utilização para se manterem sempre próximos de seus apoiadores. É uma já conhecida característica dos movimentos sociais surgidos na *internet*, e isso explica porque o MBL parece ser mais ativo no *Twitter* do que o MST, pois além de ter mais seguidores, a *internet* faz parte do repertório deste movimento, e as suas ações ocorrem quase que sempre na dimensão da *internet*, é justamente por estes canais que o MBL consegue apoio e consegue formar opiniões sobre as diversas questões que estão acontecendo nas dimensões da política e da sociedade, para além deste tipo de ação que teria todo um potencial de formar opiniões, as redes sociais também são condensadoras de imagem e garantem publicidade para questões e acontecimentos que chamam a atenção de toda sociedade, portanto é importante estar sempre atento as informações que circulam pelas redes sociais, o domínio sobre as informações e a capacidade de compartilhá-las, possibilita uma maior influência sobre quem recebe a informação, criando assim um movimento comunicativo que fortalece ainda mais as redes e grupos existentes no âmbito da *internet*.

A segunda análise efetuada busca comparar o MST e o MBL através da frequência de postagens de ambos levando em consideração o agregado de postagens no mês de novembro de 2019:

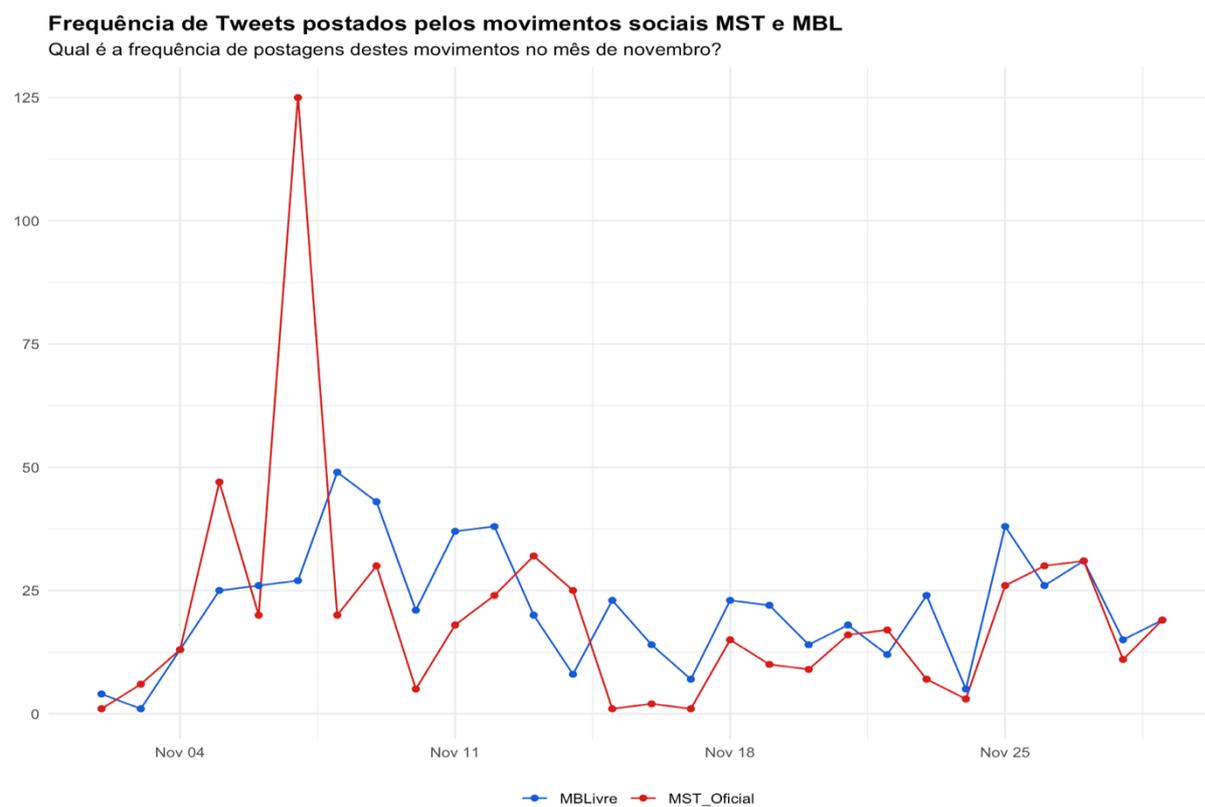


Gráfico 3.3 – Frequência dos tweets postados pelo MST e pelo MBL no mês de novembro de 2019.

É perceptível no gráfico que o período com mais postagens se refere ao início do mês de novembro de 2019, mais precisamente entre os dias 5 e 10 deste mês. O MST neste curto espaço de tempo aumentou e muito a frequência de suas postagens e a data em que ocorreu este aumento coincide com as notícias sobre a soltura²⁷ do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva após o STF ter decidido que é inconstitucional a prisão em 2ª instância.

Analisar este gráfico mostra a importância de um movimento social em uma rede digital no que se refere a informar a sociedade civil sobre questões importantes referentes principalmente a política, logo tal análise considera que os movimentos sociais quando atuam na *internet*, podem ser também propagadores de denúncias e de notícias, informando os seus seguidores sobre temas que possam fazer os mesmos se mobilizarem ou ficarem informados, fortalecendo assim a sua rede.

Na terceira análise, apresentamos os temas mais comentados nos perfis destes movimentos sociais a partir dos *tweets* obtidos:

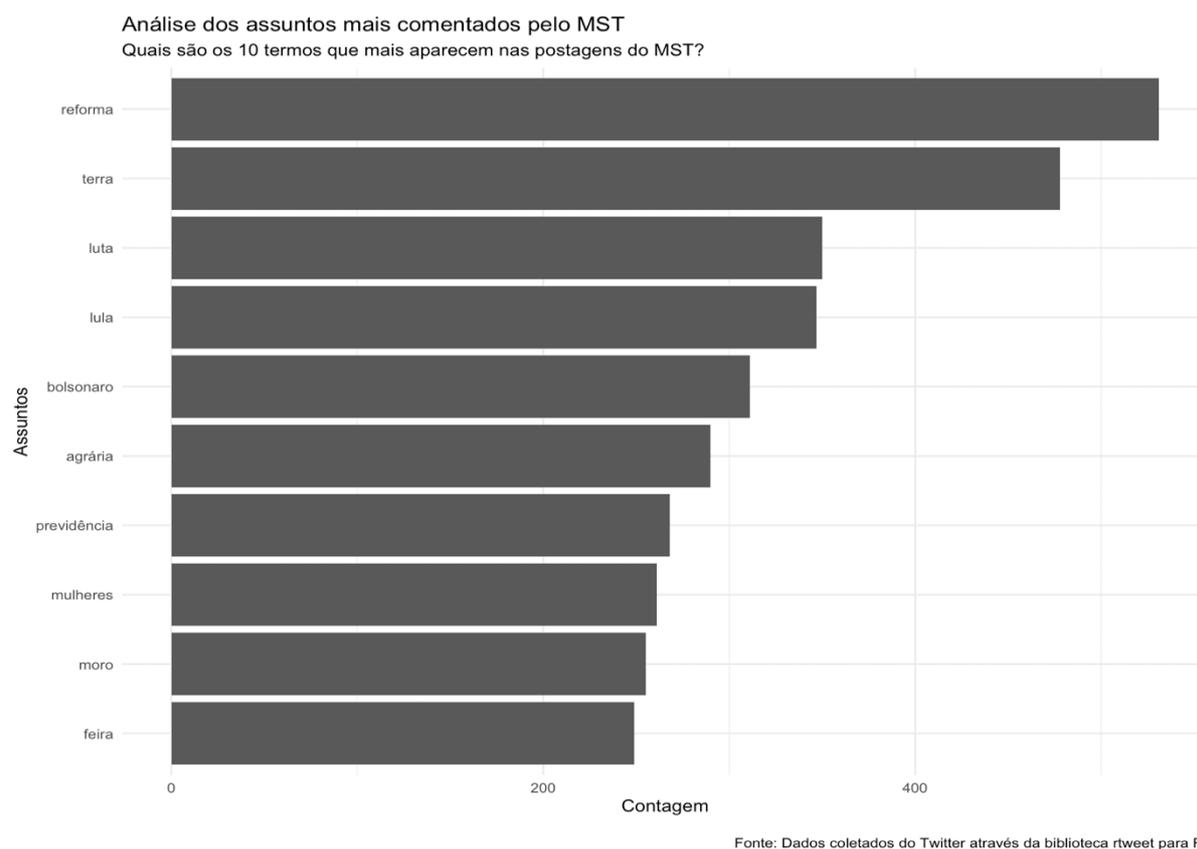
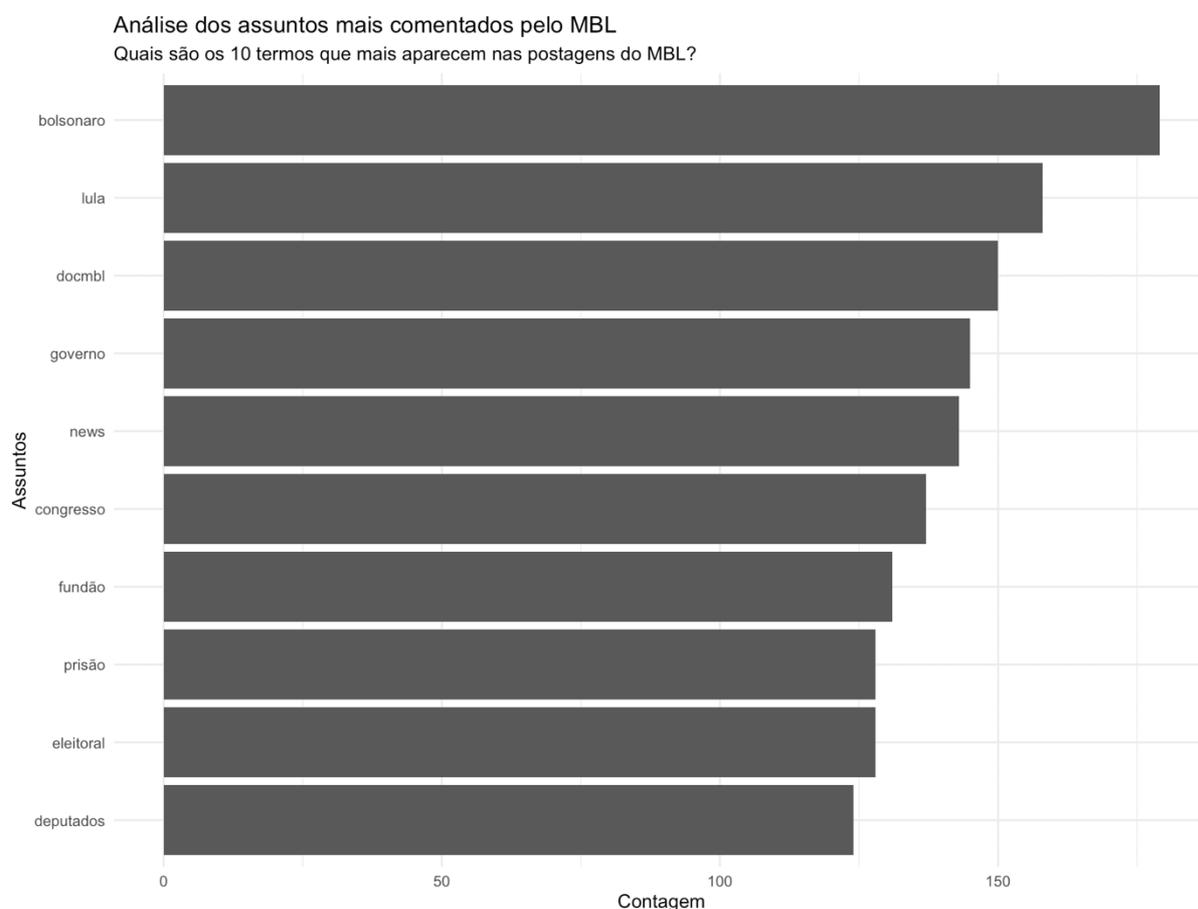


Gráfico 3.4 – Os 10 termos mais postados pelo MST no mês de novembro de 2019.

²⁷ A notícia pode ser consultada através deste link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-11/apos-decisao-do-stf-juiz-manda-soltar-ex-presidente-lula>

Os temas mais citados pelo MST no Twitter estão totalmente de acordo com o direcionamento do movimento e com questões pertinentes a política Brasileira, sendo o termo mais citado “Reforma Agrária”, que é a principal bandeira deste movimento social, seguido pelos verbetes “Terra” e “Luta”. O movimento também cita atores políticos importantes neste contexto como o Presidente Jair Bolsonaro, o Ministro da Justiça Sérgio Moro, e o ex-Presidente Lula. Também constam termos como “mulheres”, que se refere a luta das mulheres que é defendida por este movimento, e “Feira”, referente as feiras de alimentos orgânicos promovidas pelo MST, sendo então o seu perfil muito fiel as suas demandas e bandeiras.



Fonte: Dados coletados do Twitter através da biblioteca rtweet para R.

Gráfico 3.5 – Os 10 termos mais postados pelo MBL no mês de novembro de 2019.

Percebe-se a partir da análise dos assuntos mais comentados pelo MBL em seu perfil que o movimento possui três eixos centrais de assuntos: personalidades políticas, auto promoção de sua imagem, e questões relacionadas a esfera política, onde os mesmos discutem leis, decisões, e apresentam projetos, o gráfico mostra que a maior parte das postagens analisadas possuem como tema o Presidente Jair Bolsonaro e o ex-Presidente Lula, o terceiro

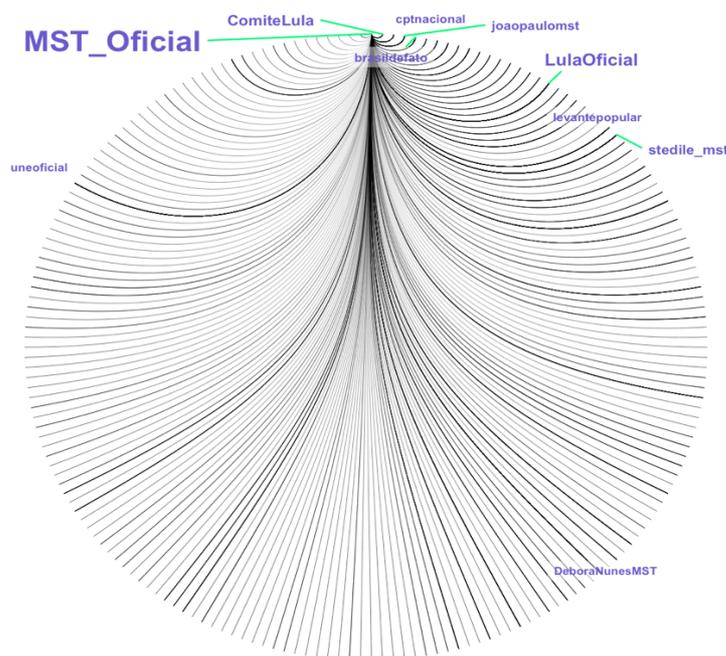
termo mais recorrente nas postagens do MBL, “docmb1”, se refere ao documentário produzido pelo movimento a fim de contar a sua versão das jornadas de junho. Os demais termos utilizados se referem a questões sobre o fundo eleitoral, que eles defendem o fim, sobre questões do congresso e da câmara dos deputados, e sobre o governo como um todo, mostrando assim que o movimento utiliza as suas redes sociais para dar publicidade acerca de seus projetos políticos e ações na dimensão do estado.

A análise dos temas mais recorrentes nos perfis destes atores em redes sociais nos mostra que estes espaços virtuais servem em grande parte para exprimir as bandeiras e ideais dos movimentos que interagem com seus apoiadores através deste espaço.

Na quarta e última análise foram verificados com quais outros perfis estes movimentos sociais mais se relacionam, considerando que esta relação se dá no Twitter através do *retweet*²⁸ de mensagens de outros perfis:

Relationships

Com quais perfis o MST mais se relaciona no Twitter?



Fonte: Dados coletados do Twitter através da biblioteca *rtweet* para R.

Gráfico 3.6 – Com quais perfis o MST mais se relacionou no mês de novembro de 2019.

²⁸ Retweet é o nome dado ao ato de compartilhar uma postagem dentro do Twitter.

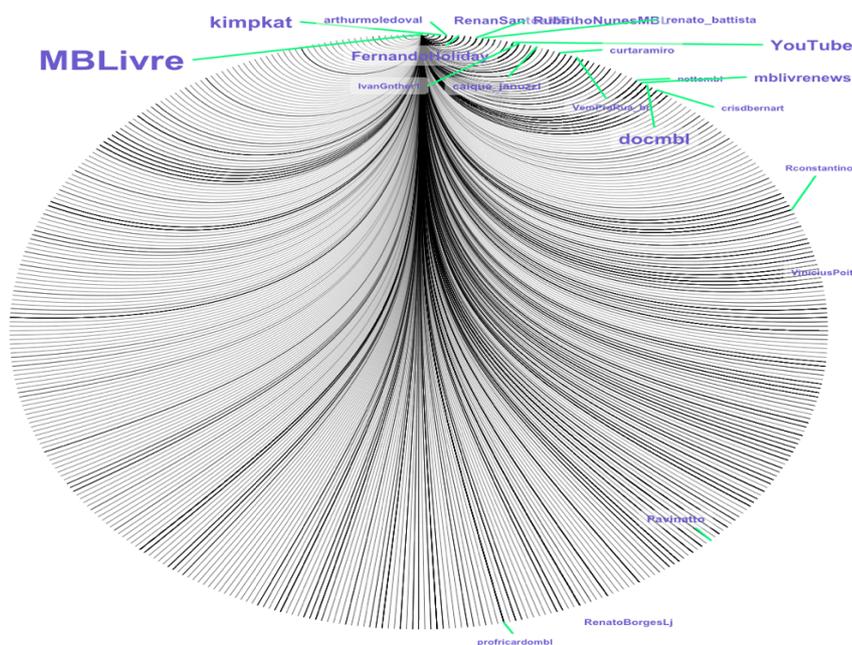
O gráfico de rede feito a partir perfil do MST mostra que este movimento se relaciona com perfis que apoiam diretamente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (@ComiteLula e @cptnacional), além do próprio perfil oficial de Lula (@LulaOficial), demonstrando assim um partidarismo por parte do movimento social. O MST também se relaciona com membros de seu próprio movimento (@DeboraNunesMST, @stedile_mst e @joaopaulomst), com um portal de notícias com direcionamento mais a esquerda (@brasilefato), com o perfil da União Nacional dos Estudantes (@uneoficial), e com o perfil de um coletivo de esquerda(@levantepopular).

O relacionamento do MST com outros perfis através do Twitter deixa muito claro o seu direcionamento ideológico, onde o movimento se projeta como oposição ao governo atual.

O gráfico de rede do MST mostra que embora o mesmo se relacione com importantes atores sociais, o compartilhamento e troca de mensagens feitas pelo mesmo não possuem tanta influência de modo que as suas mensagens sejam cada vez mais compartilhadas, isso fica claro de se observar devido ao baixo grau de conversão destes *retweets*, tornando então o gráfico mais claro e com linhas mais finas.

Relationships

Com quais perfis o MBL mais se relaciona no Twitter?



Fonte: Dados coletados do Twitter através da biblioteca *rtweet* para R.

Gráfico 3.7 – Com quais perfis o MBL mais se relacionou no mês de novembro de 2019.

O gráfico de rede que mostra o relacionamento do MBL com outros atores através do Twitter, apresenta que o MBL possui maior influência e capacidade em fazer determinada mensagem ser propagada pela rede, percebe-se que o movimento se relaciona mais com seus próprios membros, principalmente com os membros que foram eleitos para cargos públicos (@*arthurmoledoal* e @*FernandoHoliday*), e perfis de sua propriedade como @*docmbL*.

Embora os movimentos sociais definidos como “novíssimos” sejam em sua maioria conhecidos por serem organizacionalmente horizontais e sem lideranças claras, o MBL atua diferente e o gráfico de relacionamento do perfil do mesmo com outros perfis mostra uma relação muito forte entre o perfil oficial do MBL e o perfil de Kim Kataguiri (@*kimpkat*), um dos fundadores do movimento, desta forma podemos ver que o MBL nas redes se apresenta como um movimento que possui claras lideranças e representantes, diferentemente de outros movimentos e inclusive diferente do MST que nas redes não deixa claro quem são suas lideranças.

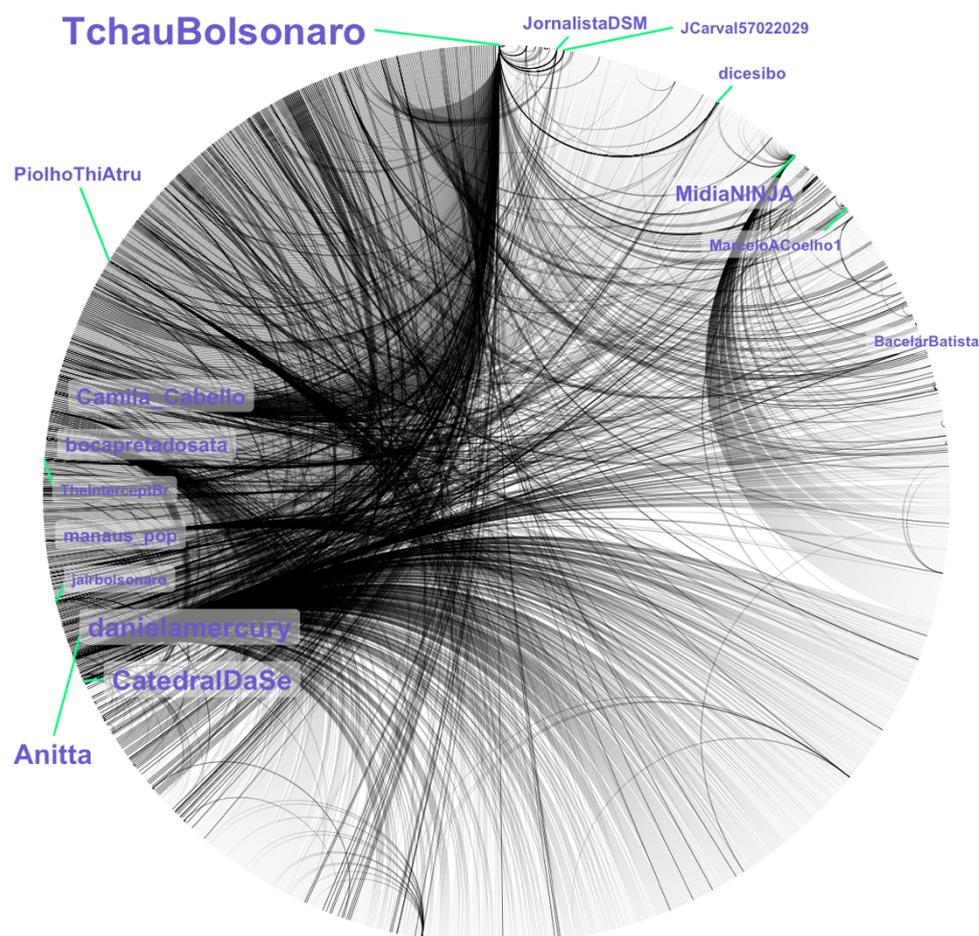
As análises mostram que o MBL nas redes se comporta de modo a garantir cada vez mais publicidade para as suas ideias, projetos e conquistas, criando assim uma grande e consistente rede de apoiadores.

A análise quantitativa de dados de redes sociais nos permite obter diversos *insights* que nos garante uma melhor compreensão de padrões que se reproduzem no mundo físico, além de nos levar a compreender como os espaços (físicos e virtuais) têm sido utilizados como espaço para a produção de grupos e para a ocorrência de relações políticas. É importante frisar que a *internet* permite e facilita a propagação de opiniões políticas, e que a mesma possibilita toda sorte de interações entre indivíduos comuns, personalidades, movimentos sociais e atores políticos, ou seja, para utilizar a *internet* como uma plataforma, um espaço para se fazer política e criar mobilizações, não se faz necessário que os indivíduos tenham prévio conhecimento acerca das questões que norteiam a política, um exemplo disso é o poder que uma *hashtag*²⁹ pode ter, no gráfico abaixo apresento as principais fontes e o poder de alcance da *hashtag* #EleNao:

²⁹ Uma *hashtag* se refere a um meio de tornar determinado assunto ou termo acessível para todos os usuários de redes sociais, se cria uma *hashtag* quando se inclui no início de uma palavra, o prefixo #

Network Relationships

Um gráfico de rede com 10 mil Tweets que contem a hashtag #EleNao



Fonte: Dados coletados do Twitter através da biblioteca rtweet para R.

Gráfico 3.8 – Análise de relação entre os perfis através da hashtag #EleNao.

O gráfico mostra claramente que neste repertório de mobilização, a mobilização *online* não foi feita por quase nenhum movimento social conhecido, sendo então compartilhada e tornada pública por atores da sociedade civil vinculados a mídia e artistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa procuramos apresentar as relações entre os movimentos sociais e a *internet*, e a partir destas relações, efetuamos a análise de um movimento social clássico que se utiliza também do espaço promovido pelas redes sociais, como é o caso do MST, e de um movimento contemporâneo nascido na *internet*, como é o caso do MBL.

Durante a pesquisa os movimentos sociais analisados foram colocados frente a frente das mais importantes teorias acerca do tema, a fim de que fosse possível melhor compreendê-los para então analisar os mesmos sob a ótica dos sistemas de informação, nesta perspectiva conclui-se que ainda existem poucos trabalhos teóricos que tratam do tema desta maneira, e a *Primavera Árabe* talvez seja o caso mais emblemático a ser considerado quando se estuda a *internet* como uma ferramenta de aprofundamento democrático, desta forma, a partir das teorias e problematizações feitas ao longo deste trabalho, concluímos que devido a reprodução de todas as questões do mundo físico no mundo virtual das redes, fica claro que a *internet* possibilita e incentiva a formação de novos movimentos sociais, e isso se deve também ao fato de que nas redes as interações e o acesso a informação ocorre de forma muito mais rápida, direcionando os indivíduos para a formação de grupos em torno dos assuntos que estão de acordo com suas preferências, logo, compreender este ponto é fundamental para entender como processos democratizantes podem nascer a partir da *internet*, como foi o caso da *Primavera Árabe*.

A publicidade de algo que chama a atenção dos indivíduos, como foi a autoimolação de Mohamed Bouazizi, tem o poder de causar comoção e revolta em um número grande de pessoas, desta forma a *internet* devido a sua facilidade em propagar informações, é uma ferramenta amplificadora deste sentimento e isso fez cada vez mais pessoas se reunirem em torno do assunto que estava sendo compartilhado, ou seja, a *internet* foi fundamental para criar os grupos que uma vez unidos conseguiram promover uma mudança no *status quo* derrubando uma ditadura de duas décadas, o contraponto se refere ao fato de que não existe um filtro ou uma forma de se impedir que grupos contrários aos ideais democráticos sejam formados, fazendo da *internet* então um espaço de promoção de qualquer tipo de informação, um espaço onde existem poucos instrumentos de mediação e que ainda existe grande dificuldade para a esfera legislativa lidar com infrações cometidas neste espaço.

Outro ponto importante se refere ao fato de que as redes sociais mantêm em seus bancos de dados uma quantidade imensa de dados e informações sobre as preferências e opiniões dos usuários, possibilitando assim o uso político da *internet* na tentativa de influenciar as escolhas

políticas dos indivíduos, se por um lado a *internet* catalisa, reúne, e expressa toda sorte de preferência política, por outro, estes dados podem ser utilizados de forma a causar prejuízos para a democracia.

Os movimentos sociais nascidos na *internet* enxergam a mesma como um espaço para potencializar as suas mensagens, ideias, e projetos, além de ser o espaço de construção de sua base de apoiadores, enquanto que os movimentos sociais mais tradicionais, enxergam e fazem uso da *internet* como um espaço de promoção de suas indignações e de suas demandas apenas, não tendo assim um foco tão grande em utilizar a mesma como ferramenta de garantir mais apoiadores. Uma vez que estes movimentos nasceram nos espaços físicos, a *internet* não se coloca como um de seus repertórios e não se configura como uma ferramenta que possa mudar a sua organização.

A partir destas conclusões, podemos dizer que os processos democratizantes, revoluções, e mobilizações nascidas no âmbito da *internet*, e que eclodiram na dimensão do mundo físico, tiveram na *internet* o ponto fundamental para o seu sucesso, para a alta aderência dos indivíduos e grupos, e possibilitou grandes quebras de paradigmas, porém a *internet* não se configura como uma ferramenta que garanta a continuidade dos processos e das conquistas obtidas por meio dos levantes organizados em sua dimensão, isso ocorre porque a *internet* é uma ferramenta para a formação de grupos e de redes baseadas nas trocas de experiências, indignação e solidariedade, logo, embora a *internet* possa criar a condições para processos de aprofundamento da democracia, sendo uma ferramenta para o aumento da participação dos indivíduos e do debate de temas importantes, por outro ela não é a uma ferramenta feita para a continuidade do processo, logo, devido a sua dualidade podemos dizer que a *internet* é uma importante ferramenta para a publicidade de problemas sociais, formação de grupos e redes de interesse, e criação de grandes mobilizações, passados os processos e resultados obtidos após as mobilizações nascidas na *internet*, é necessário que a sociedade civil tenha foco em corrigir os problemas sociais através do debate, participação, e da criação de mecanismos que visem garantir o desenvolvimento social, este processo não ocorre na *internet*, mas sim nas esferas da política e instituições da sociedade civil através de processos justos de deliberação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. **Democracia digital e experiências de e-participação**: webativismo e políticas públicas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, p.1597-1619. 2015.

ASSANGE, Julian et. al. **Cypherpunks**: Liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo Sociedade** – Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 14ª Edição, 2007.

_____. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 13ª Edição, 2007.

BRANCOLI, Fernando. **Primavera Árabe**: praças, ruas e revoltas. São Paulo: Desatino, 2013. BARBER, Benjamin. **Strong Democracy: Participatory Politic for a New Age**. Berkeley: University of California Press, 1984.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

CALDART, Roseli, Salet. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados. 2001, n. 15, v. 43. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação**: os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade. Na 5 – outubro de 2004, p. 139-164.

_____, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In Anos 90 - Política e sociedade no Brasil, org. Evelina Dagnino, Ed. Brasiliense, 1994, p. 103-115.

DURIGUETTO, M. L.; MONTANO, C. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010. _____. **Sociedade Civil e democracia: um debate necessário**. Libertas. Juiz de Fora, v. 8. n. 2, p. 83 – 94. Jul./Dez., 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALLOWAY, Alexander. **Protocol**: How control exists after decentralization? Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004.

_____. Qual o potencial de uma rede? In: Silveira, Sérgio A. (org) “**Cidadania e redes digitais**” São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá -Educação e Tecnologias, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, Wilson. Participação Política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley et. al. (orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

_____. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/440/367>. Acesso em 12 out. 2019.

HOWARD, Phillip; HUSSAIN, Muzammil. **Democracy's Fourth Wave?** Digital media and the Arab Spring. New York: Oxford University Press. 2013.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KRITSCH, Raquel. **Estado e sociedade civil na teoria política**: alguns paradigmas, m muitas trajetórias. Política e Sociedade, Florianópolis, V. 13, n. 28, set/dez 2014.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAIA, Rousiley. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley et. al. (orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney and TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp.11-48. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>. Acesso em 10 nov. 2019.

MIGUEL, L. F. **Teoria democrática atual**: esboço de mapeamento. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 59, São Paulo,p. 5-42, 2005.

MORAES, Denis. **Comentários – Comunicação virtual e cidadania**: movimentos sociais e políticos na internet. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.23, n.2, p.142-155. 2000.

PEREZ, Olivia; SOUZA, Bruno. **Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos**. 41º Encontro Anual da Anpocs, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/10696-velhos-novos-ou-novissimos-movimentos-sociais-as-pautas-e-praticas-dos-coletivos/file>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PINHO, José Antônio G. (Org.). **Estado, sociedade e interações digitais**: expectativas democráticas. Salvador: Edufba. 2012.

SANCHES, Rafael A. da Luz. **Democracia e controle social**: usos e efeitos políticos da Internet. 2016. 93fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, v.21, n.1, p.109-130. jan.-abr. 2006.

TANEMBAUM, Andrew S. **Redes de Computadores**. São Paulo: Pearson's Universidades, 5ª edição. 2011.

TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Política & Sociedade – Florianópolis – Vol.13 – Na 28 – Set./Dez. pp.35 – 62. 2014.